



vida pastoral

julho-agosto de 2013 – ano 54 – número 291



Temas pastorais

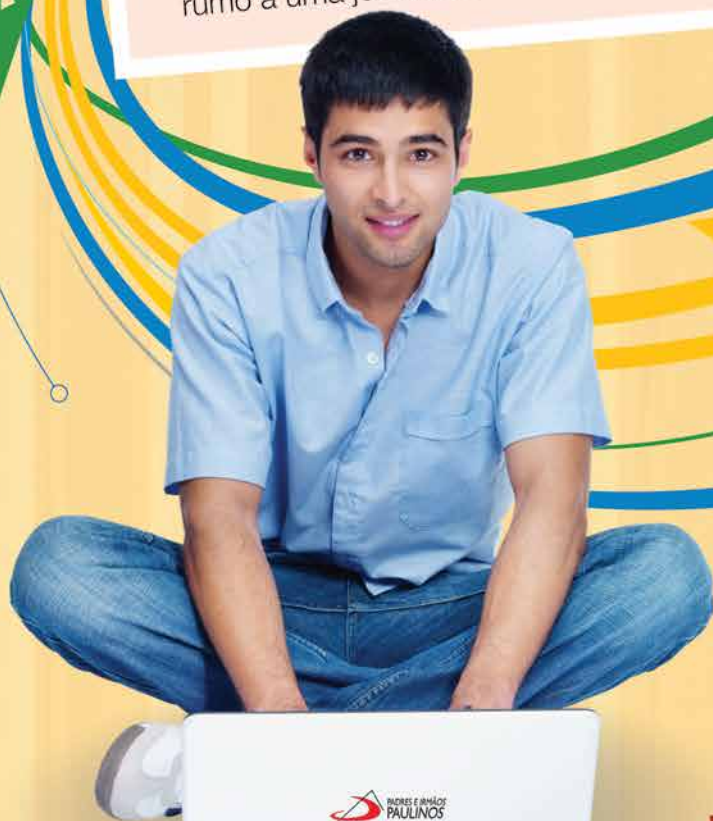
- 3 Valorizar o sentido mais profundo da Eucaristia: entrevista com pe. Francisco Taborda, sj
- 9 Evangelizar a juventude Eduardo Calandro e Jordélio Siles Ledo
- 19 Ensino Religioso e catequese: um diálogo possível Robson Stigar
- 25 A pastoral dos direitos humanos Nicolau João Bakker, svd
- 35 Roteiros Homiléticos Pe. Johan Konings, sj

“**Senhor**, em atenção
à tua palavra, vou lançar as redes.”
(Lc 5,5)

Jovem,

Comunicar-se hoje em dia é uma das tarefas mais simples e corriqueiras. Nossos *logins* nos conectam a um mundo interativo, cheio de novidades. Mas será que a quantidade de amigos da sua rede social realmente corresponde à da realidade?

Novos horizontes o esperam! Adicione ao seu ambiente virtual laços reais de amizade para anunciar o Evangelho conosco, **Padres e Irmãos Paulinos**, e curtir novas experiências, caminhando ao lado do Pai, lançando as redes rumo a uma jornada de fé e profunda entrega espiritual!



Entre em contato conosco:

Serviço de Animação Vocacional
Padres e Irmãos Paulinos
Caixa Postal 700
CEP: 01031-970 – São Paulo – SP
centrovocacional@paulinos.org.br



/padrespaulinos



PADRES E IRMÃOS
PAULINOS

www.paulinos.org.br

Caros leitores e leitoras,

Graça e Paz!

Recentemente, por ocasião da renúncia do papa Bento XVI e escolha do novo papa, assistimos a um grande interesse da mídia pelo assunto. A princípio noticiaram-se os fatos, mas, cessadas as novidades e aproveitando-se da atenção de grande parte da população, produziu-se um festival de especulações e ilações sobre o que teria levado o papa a renunciar e como se daria o conclave. Terminadas as novidades, a máquina midiática tratou de fomentá-las e requestrar estereótipos sobre a Igreja. Também nos comentários de leitores em textos da internet houve um grande fluxo de comentários negativos, preconceitos, estereótipos de todo tipo sobre a Igreja que não correspondem à realidade dos cristãos católicos em sua vida concreta nas diversas comunidades.

Entretanto, com relação à sucessão no comando da Igreja e seus problemas correlatos, se em parte houve sensacionalismo e inúmeras matérias sem provas e sem fontes confiáveis, houve também exposição de problemas reais. Não se deve apenas criticar a atuação da mídia, mas aproveitar a ocasião para examinar a atuação eclesial. Não esquecendo que posturas da instituição ajudam a fomentar o sensacionalismo: alimentação de segredos de corte, incorporação de privilégios, costumes palacianos e principescos, moralismo, exageros na centralização, autoritarismo, pouca disponibilidade para o diálogo com o mundo de hoje. Quem se sente incompreendido ou afetado pelo moralismo e intransigência, quando vê as falhas da Igreja, aproveita para responder com severidade ou mesmo aproveita para tripudiar.

Circularam nesse período trechos de um artigo da década de 80 do teólogo Yves Congar, no qual ele lembrava que o carisma do poder central da Igreja de não ter nenhuma dúvida, por um lado, pode ser magnífico, mas por outro pode ser terrível, porque, como em todos os outros lugares, em Roma, e na Igreja, estão seres humanos

que têm limites na inteligência, no vocabulário, em suas referências, no ângulo de visão, na ética. Não podemos querer atribuir a seres humanos características absolutas que só cabem a Deus. As fraquezas e pecados de membros e estruturas da Igreja que têm vindo a público nos últimos anos e que tanto foram debatidas ou mesmo noticiadas com certo sarcasmo por ocasião da renúncia de Bento XVI, se por um lado nos causam dor, por outro ajudam a lembrar que somos humanos, limitados e necessitados de conversão contínua e nos interpelam a, como instituição, ser mais misericordiosos, como o Pai do céu é misericordioso com as falhas e dificuldades da humanidade.

Durante o período de sucessão do papa, muito se falou sobre a necessidade de renovação e atualização da Igreja. O próprio Bento XVI abordou isso na sua carta de renúncia ao mencionar o “mundo de hoje, sujeito a rápidas mudanças e agitado por questões de grande relevância para a vida da fé”. Entretanto, há ainda, por parte de muitos, a mentalidade de que a Igreja não precisa mudar e se renovar. Está certo que não seria salutar a doutrina simplesmente endossar tudo que a cultura de hoje propala. Mas a humildade de reconhecer as próprias falhas e de se dispor ao diálogo para atualizar os ensinamentos eclesiais poderá ser um ganho para todos, inclusive para a doutrina e sua preservação.

Entretanto, esperar apenas as atitudes das lideranças centrais pode significar cruzar os braços. Há muito que se pode fazer nos organismos e estruturas locais, com atitudes prepositivas e concretas de humildade, disposição ao diálogo, evitando o autoritarismo e o moralismo desumano, a hipocrisia e dando testemunho de solidariedade e de doação a práticas em favor da justiça social, tão defendida por Cristo. É essa a melhor contribuição que podemos dar ao papa Francisco, portador de grande esperança de renovação.

Pe. Jakson Ferreira de Alencar, ssp

Editor

Editora	PIA SOCIEDADE DE SÃO PAULO
Diretor	Pe. Claudiano Avelino dos Santos
Editor	Pe. Jakson F. de Alencar – MTB MG08279JP
Conselho editorial	Pe. Jakson F. de Alencar, Pe. Abramo Parmeggiani, Pe. Claudiano Avelino, Pe. Valdir de Castro, Pe. Paulo Bazaglia, Pe. Darci Marin
Ilustrações	Luís Henrique Alves Pinto
Editoração	Fernando Tangi

Assinaturas	assinaturas@paulus.com.br (11) 3789-4000 • FAX: 3789-4011 Rua Francisco Cruz, 229 Depto. Financeiro • CEP 04117-091 • São Paulo/SP
Redação	© PAULUS – São Paulo (Brasil) • ISSN 1809-2071 vidapastoral@paulus.com.br www.paulus.com.br www.paulinos.org.br www.vidapastoral.com.br

Vida Pastoral – Assinaturas

A revista Vida Pastoral é distribuída gratuitamente pela Paulus editora às paróquias e instituições cadastradas no Anuário Católico do Brasil. A revista também é distribuída gratuitamente (1 exemplar por pessoa) na rede de livrarias Paulus.

Para as pessoas que moram em cidades onde não há livraria Paulus e desejam receber a revista, as assinaturas podem ser efetuadas mediante envio dos dados para cadastro de assinante (nome completo, endereço, telefone, CPF ou CNPJ) e de contribuição espontânea para as despesas postais. Para os que já são assinantes e desejam renovar a assinatura, pede-se acrescentar aos dados também o código de assinante.

Para contato:

E-mail: assinaturas@paulus.com.br

Tel.: (11) 3789-4000

Fax: (11) 3789-4004

Para a efetuação de assinaturas, enviar dados e cópia de comprovante de depósito da contribuição para despesas postais para: Revista Vida Pastoral – assinaturas
Rua Francisco Cruz, 229 – Depto. Financeiro
04117-091 – São Paulo – SP

Contas para depósito de contribuição para despesas postais:

Banco do Brasil: agência 0646-7, conta 5555-7

Bradesco: agência 3450-9, conta 1139-8

Livrarias Paulus

APARECIDA – SP

Centro de Apoio aos Romeiros
Lojas 44,45,78,79
(12) 3104-1145
aparecida@paulus.com.br

ARACAJU – SE

Rua Laranjeiras, 319
(79) 3211-2927
aracaju@paulus.com.br

BELÉM – PA

Rua 28 de setembro, 61 –
Campina – (91) 3212-1195
belem@paulus.com.br

BELO HORIZONTE – MG

Rua da Bahia, 1136
Ed. Arcângelo Maleta
(31) 3274-3299
bh@paulus.com.br

BRASÍLIA – DF

SCS – Q.1 – Bloco I – Edifício
Central – Loja 15 – Asa Sul
(61) 3225-9847
brasilia@paulus.com.br

CAMPINAS – SP

Rua Barão de Jaguara, 1163
(19) 3231-5866
campinas@paulus.com.br

CAMPO GRANDE – MS

Av. Calógeras, 2405 – Centro
(67) 3382-3251
campogrande@paulus.com.br

CAXIAS DO SUL – RS

Av. Júlio de Castilho, 2029
(54) 3221-7797
caxias@paulus.com.br

CUIABÁ – MT

Rua Antônio Maria Coelho, 180
(65) 3623-0207
cuiaba@paulus.com.br

CURITIBA – PR

Pça. Rui Barbosa, 599
(41) 3223-6652
curitiba@paulus.com.br

FLORIANÓPOLIS – SC

Rua Jerônimo Coelho, 119
(48) 3223-6567
florianopolis@paulus.com.br

FORTALEZA – CE

Rua Floriano Peixoto, 523
(85) 3252-4201
fortaleza@paulus.com.br

GOIÂNIA – GO

Rua Seis, 201 – Centro
(62) 3223-6860
goiania@paulus.com.br

JOÃO PESSOA – PB

Praça Dom Adauto, S/N
Junto à Cúria – Centro
(83) 3221-5108
joaopeessoa@paulus.com.br

JUIZ DE FORA – MG

Av. Barão do Rio Branco, 2590
(32) 3215-2160
juizdefora@paulus.com.br

MANAUS – AM

Rua Itamaracá, 21, Centro
(92) 3622-7110
manaus@paulus.com.br

NATAL – RN

Rua Cel. Cascudo, 333
Cidade Alta – (84) 3211-7514
natal@paulus.com.br

PORTO ALEGRE – RS

Rua Dr. José Montauray, 155
Centro – (51) 3227-7313
portoalegre@paulus.com.br

RECIFE – PE

Av. Dantas Barreto, 1000 B
(81) 3224-9637
recife@paulus.com.br

RIBEIRÃO PRETO – SP

Rua São Sebastião, 621
(16) 3610-9203
ribeiraopreto@paulus.com.br

RIO DE JANEIRO – RJ

Rua México, 111-B
(21) 2240-1303
riodejaneiro@paulus.com.br

SALVADOR – BA

Av. 7 de Setembro, 80
Rel. de S. Pedro
(71) 3321-4446
salvador@paulus.com.br

SANTO ANDRÉ – SP

Rua Campos Sales, 255
(11) 4992-0623
stoandre@paulus.com.br

SÃO LUÍS – MA

Rua do Passeio, 229 – Centro
(98) 3231-2665
saoluis@paulus.com.br

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – SP

Rua XV de Novembro, 2826
(17) 3233-5188
riopreto@paulus.com.br

SÃO PAULO – PRAÇA DA SÉ

Praça da Sé, 180
(11) 3105-0030
pracase@paulus.com.br

SÃO PAULO – RAPOSO TAVARES

Via Raposo Tavares, Km 18,5
(11) 3789-4005
raposotavares@paulus.com.br

SÃO PAULO – VILA MARIANA

Rua Dr. Pinto Ferraz, 207
Metrô Vila Mariana
(11) 5549-1582
vilamariana@paulus.com.br

VITÓRIA – ES

Rua Duque de Caxias, 121
(27) 3323-0116
vitoria@paulus.com.br



Valorizar o sentido mais profundo da Eucaristia: entrevista com pe. Francisco Taborda, sj

Da redação

O entrevistado expõe o significado da Eucaristia e da transubstanciação, que, embora tão fundamentais para a vida da Igreja, estão cercados de incompreensões e “penduricalhos” que acabam por tirar a atenção do que é mais importante.

“Infelizmente, é muito comum confundir missa com show. A missa não é um show, e o padre não é um animador de auditório a modo de Sílvio Santos, Faustão ou Gugu Liberato”, esclarece pe. Francisco Taborda na entrevista a seguir. Doutor em Teologia pela Westfälische Wilhelms-Universität (Münster/Westf.), ele é professor na Faculdade de Teologia dos jesuítas em Belo Horizonte – MG. Tem publicado diversos livros e artigos científicos com a temática dos sacramentos, entre eles: *Sacramentos, práxis e festa: Para uma teologia latino-americana dos Sacramentos*; *Nas fontes de vida cristã: uma teologia do batismo-crisma*; *Memorial da Páscoa do Senhor*. Pela Paulus, publicou seu mais recente livro, *A Igreja e seus ministros: uma teologia do ministério ordenado*.

A experiência de anos estudando, lecionando, escrevendo e celebrando a teologia da Eucaristia permite a pe. Taborda sintetizar de maneira muito clara e categórica o sentido da Eucaristia e esclarecer com exi-



mia propriedade e lucidez desvios, incompreensões, distorções e criações de penduricalhos em práticas celebrativas atuais, como a transformação da celebração do sacramento em momento de adoração ou em animação de auditório; da comunidade celebrativa em grupo de tietes; a suposição de que receber a comunhão na mão seria “coisa moderninha”, proveniente da pouca valorização do sacramento... Segundo pe. Taborda, é muito importante que se saiba que a forma como, até o século IX, se recebia a comunhão era na mão, e quem acha que nossas mãos não são dignas de tocar o sacramento do corpo de Cristo precisa saber que em nenhuma parte da Escritura há alguma invecção contra as mãos, julgando-as perigosas ou indignas, mas há uma página fortíssima da Epístola de São Tiago contra a língua (cf. Tg 3,1-12).

O que significa a Eucaristia?

A melhor definição de Eucaristia é – a meu ver – “memorial da Páscoa do Senhor”. Quando, na última ceia, Jesus instituiu a Eucaristia, concluiu as palavras da instituição dizendo: “Fazei isto em meu memorial” (ou “em memória de mim” – o que vem a dar no mesmo). Ora, a última ceia, segundo narram os evangelhos sinóticos (Marcos, Mateus e Lucas), foi uma ceia pascal, em que o povo judeu fazia o memorial de sua libertação do Egito, comendo ritualmente um cordeiro imolado, o cordeiro pascal. Cristo foi apresentado por João Batista como o “Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo” (Jo 1,29). Ele é o verdadeiro Cordeiro pascal. A libertação dos judeus do Egito consistiu na passagem do Mar Vermelho. Passaram da escravidão à liberdade e assim

se constituíram como povo, o povo de Deus. Assim também a Páscoa de Jesus consistiu na passagem da morte à vida, aquele que fora crucificado ressuscitou. Quando cele-

bramos a Eucaristia, fazemos o memorial dessa Páscoa, ou seja, dessa passagem do Senhor, da morte à vida. “Memorial” não é meramente uma recordação nostálgica; é uma celebração que nos faz participar (não fisicamente, mas sacramentalmente, e assim realmen-

te) do mistério celebrado, ou seja, do mistério pascal de Cristo. Com Cristo passamos da morte à vida e nos constituímos como o Corpo de Cristo que é a Igreja.

Por que celebrar Corpus Christi numa data especial após Pentecostes?

A festa de Corpus Christi surgiu numa época em que a maioria dos cristãos já havia perdido essa concepção profunda da Eucaristia e a entendia quase unicamente como um rito para fazer Cristo presente no meio de nós, como se do contrário ele estivesse ausente. Com isso, a festa de Corpus Christi se centra na Eucaristia como sacramento da presença real de Cristo e deixa em segundo plano (ou mesmo esquece) seu caráter de memorial do mistério pascal. Por isso se julgou insuficiente comemorar a instituição da Eucaristia (sacrifício e ceia memorial) na quinta-feira santa, pois lá não aparece em primeiro plano a ideia de presença real. Significa que Corpus Christi é uma “festa de ideias”. Explico: a liturgia comemora, no decorrer do ano litúrgico, a história da salvação, os mistérios da vida de Cristo (e não ideias). As “festas de ideias”, como da Santíssima Trindade, do Santíssimo Nome de Jesus ou de Maria, da Sagrada Família, são introduções tardias no calendário litúrgico,

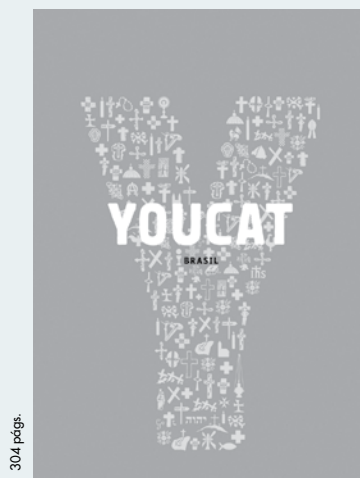
“A missa não é um *show* e o padre não é um animador de auditório a modo de Sílvia Santos, Faustão ou Gugu Liberato.”



quando já não se compreendia mais a dinâmica histórica da revelação de Deus. Por isso era preciso encontrar uma data, mas essa data não tinha lugar na grande estrutura do ano litúrgico que se baseia na história da salvação. Daí ter-se recorrido a uma data que não estivesse tão claramente marcada pela intervenção de Deus na história humana. Assim recaiu a escolha no que hoje chamamos de “tempo comum” e que, antes da reforma litúrgica do Vaticano II, se chamava “tempo depois de Pentecostes”.

O que é transubstanciação e por que ainda hoje ela causa tantos questionamentos?

Transubstanciação é a mudança de toda a substância do pão e toda a substância do vinho na substância do corpo e do sangue de Jesus. Essa é a definição correta, mas é demasiado técnica. Hoje não se consegue mais entender seu significado, já que a própria palavra-chave “substância” tem na atualidade outra significação do que outrora, no século XII, quando essa palavra foi criada, ou no século XVI, quando o Concílio de Trento a considerou sumamente apta para expressar o mistério eucarístico. Hoje, como vivemos influenciados pelas ciências exatas, a palavra “substância” evoca, por exemplo, uma substância química. Ora, uma substância química é uma coisa que tem cheiro, cor, forma, tamanho etc. Pois bem. “Substância”, no sentido usado na palavra “transubstanciação”, é exatamente o contrário disso. Nesse sentido, “substância” se contrapõe a “acidente”, e tudo aquilo que foi antes mencionado (cheiro, cor, forma, tamanho) são acidentes! E os acidentes são justamente o que não muda na transubstanciação. O pão e o vinho consagrados (seria melhor chamá-los de “eucaristizados”, isto é, sobre os quais foi pronunciada a oração de ação de graças, a Eucaristia) continuam a ter o mesmo cheiro, a mesma cor, o mesmo peso, enfim, as mesmas características físico-químicas. Então o que mudou? Mu-



304 págs.

Youcat

Catecismo jovem da igreja católica

VV.AA.

Estruturado em perguntas e respostas, o livro é dividido em quatro partes (“Em que Cremos”, “Como Celebramos?”, “A Vida em Cristo” e “Como Devemos Orar”) e foi desenvolvido por um número considerável de padres, teólogos e professores de religião para apresentar a mensagem e a doutrina da Igreja em linguagem jovem e acessível.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000

0800-164011

SAC: (11) 3789-4119

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





dou a realidade última do pão e do vinho que, embora do ponto de vista físico-químico continuem a ser o que chamamos pão e vinho, do ponto de vista metafísico já não o são; agora são corpo e sangue de Cristo. No momento em que o pão eucaristizado deixa de ser pão (por exemplo, fica bolorento), já não é mais o corpo de Cristo; no momento em que o vinho eucaristizado deixa de ser vinho (por exemplo, azeda), já não é mais o sangue de Cristo.

O que seria de nossas igrejas e nossa vida sem a presença da Eucaristia?

Pode-se dizer que a igreja vive da Eucaristia?

Não sei se a pergunta entende pela palavra “igreja” o edifício de tijolos, pedra ou concreto ou se trata da Igreja viva, ou seja, a Igreja que somos nós, todos os membros do Corpo de Cristo, a Igreja-Corpo. A igreja-edifício é apenas o espaço onde se reúne a Igreja-Corpo. Agora a Igreja-Corpo não pode existir sem Eucaristia, pois, se é verdade que a Igreja é que faz a Eucaristia, é mais verdade ainda que a Eucaristia faz a Igreja. Nós nos constituímos como Igreja pela Eucaristia. A finalidade da Eucaristia não é fazer Cristo presente, como se, do contrário, não estivesse presente na Igreja; é fazer de nós o Corpo de Cristo. O Concílio, na Constituição sobre a Liturgia, nº 7, diz muito claramente que há vários modos de presença de Cristo na liturgia. Cristo está presente substancialmente nas espécies eucarísticas (ou seja: sob os acidentes do pão e do vinho). Mas está também presente na pessoa do padre que preside, pois a missa não é desse padre ou daquele padre (como é comum ouvir dizer); o verdadeiro celebrante da missa é o próprio Cristo, o padre é apenas seu ministro, seu instrumento visível, e como tal deve “desaparecer” para que

Cristo transpareça. Como dizia João Batista: “É preciso que ele cresça e eu diminua” (Jo 3,30). A Constituição sobre a Liturgia continua lembrando que Cristo está presente na celebração de cada sacramento, pois, como dizia Santo Agostinho, “quer Pedro batize, quer Judas batize, é Cristo quem batiza”. Ou seja: o batismo não vale mais por ter sido administrado pelo primeiro apóstolo, nem vale menos por ter sido administrado pelo traidor, pois eles são meros ministros; o batismo vale porque, seja lá quem for o ministro, é Cristo que batiza. Ora, se é Cristo que batiza, ele está presente quando se celebra o sacramento. E isso que é dito do batismo vale para qualquer outro sacramento. O Concílio ainda fala da presença de Cristo na proclamação da Palavra de Deus, da presença de Cristo na comunidade que celebra sua fé com salmos e hinos, na assembleia reunida em seu nome (cf. Mt 18,20). Mais tarde, Paulo VI, na encíclica *Mysterium fidei*, retomou esse ensinamento do Concílio e completou-o, lembrando

a presença de Cristo quando se exerce a caridade para com o necessitado (cf. Mt 25,40), a presença de Cristo no magistério da Igreja e assim por diante.

“A missa não é hora de adoração do Santíssimo Sacramento. Portanto é completamente fora de lugar pôr a hóstia num ostensório e percorrer a Igreja”.

Como se apresentam os aspectos litúrgicos na Eucaristia? O que é incorreto?

Entre as muitas coisas que poderiam ser ditas a esse respeito, quero ressaltar uma que infelizmente é muito comum: confundir-se missa com *show*. A missa não é um *show*, e o padre não é um animador de auditório a modo de Sílvio Santos, Faustão ou Gugu Liberato.

Outro ponto: há muitas vezes uma confusão entre participação ativa e “fazer coisas”. O Concílio insiste na participação ativa e consciente dos fiéis, mas a primeira forma de participação é a participação interna, a consonância entre gestos/palavras e o que vai no



coração. Como dizia São Bento, “que a mente, o coração concorde com a palavra, com a voz” (*mens concordet voci*). O Concílio repete muitas vezes que se observem momentos de “silêncio sagrado” na liturgia, justamente para que se assimile interiormente o que se está realizando exteriormente. E o que se vê com frequência é uma barulheira (pense-se na bateria, tão fora de lugar na liturgia), uma balbúrdia que não permite penetrar no sentido do mistério e faz com que se saia da celebração tão vazio como se entrou.

Outro aspecto que gostaria de ressaltar é que o Concílio quis que a liturgia romana voltasse a ter a simplicidade das origens, sem os penduricalhos que lhe haviam sido acrescentados no decorrer dos séculos. Acontece frequentemente que se acrescentem penduricalhos piores que os anteriores, porque tirados da cabeça de pessoas sem formação teológica ou litúrgica mais profunda, e isso torna a missa insuportavelmente longa e banal, sem acrescentar nada que ajude a penetrar o mistério que se celebra.

Ainda mais um aspecto: a missa não é hora de adoração do Santíssimo Sacramento. Portanto, é completamente fora de lugar pôr a hóstia num ostensório e percorrer a Igreja. A missa é o momento de adorarmos o Pai por meio de Cristo na força do Espírito Santo. O que deve estar na mira é o Pai; Cristo é o mediador, no Espírito Santo.

O Concílio diz que o sacramento da Eucaristia é a síntese e o cume para onde tendem todos os sacramentos. Por quê?

O centro de nossa fé é o mistério pascal de Cristo, sua morte e ressurreição. Ora, a Eucaristia é o memorial dessa Páscoa de Cristo, o sacramento que nos faz participar desse momento culminante de toda a história da salvação. Ela é, portanto, a síntese da fé, já que a fé não é só tomar conhecimento de algo que, do contrário, não se saberia (por exemplo, de que

Cristo morreu e ressuscitou), mas é tomar parte naquilo que cremos, tornar concreto em nossa vida o mistério da fé (fundamentalmente, a morte e a ressurreição de Cristo).

Todos os sacramentos nos propiciam participar do mistério pascal de Cristo sob determinado ponto de vista. Por exemplo: pelo sacramento da penitência ou reconciliação participamos do mistério pascal de Cristo enquanto ele operou, de uma vez por todas, a remissão dos pecados. Mas a Eucaristia nos faz participar do próprio mistério pascal, enquanto nela se atualiza nossa participação na entrega de Cristo ao Pai, em que consiste o mistério de Cristo. Dito de outra forma: todos os sacramentos têm relação com o fato de que ser cristão é ser membro do Corpo de Cristo. Por exemplo: pelo batismo passamos a ser membros do Corpo de Cristo; pela reconciliação, voltamos a ser membros vivos do Corpo de Cristo, para o qual havíamos morrido pelo pecado. Mas, pela Eucaristia, crescemos cada dia como Corpo de Cristo. É como o ser humano: a criança, ao nascer, já é um corpo humano, mas precisa crescer e, para isso, necessita de alimento, e, se por acaso adoecer, precisa de remédio. O batismo é nosso nascimento; a Eucaristia é alimento que nos permite crescer como Corpo de Cristo; a reconciliação é o remédio que nos faz viver de novo, quando morremos pelo pecado.

De que forma os cristãos devem receber esse sacramento?

Nesse ponto vale o que São Paulo diz, quando recomenda que cada um se examine antes de receber o corpo e o sangue de Cristo para discernir se está vivendo de acordo com a fé, se está buscando seguir a Cristo em sua vida de cada dia (cf. 1Cor 11,28s).

Mas também se levanta hoje, muitas vezes, a questão da comunhão na mão. Parece que há muita gente pensando que receber a comunhão na mão é coisa moderninha, invenção proveniente da falta de fé na presença



real de Cristo na Eucaristia. Por isso, é muito importante que se saiba que a forma como, até o século IX, se recebia a comunhão era na mão. São Cirilo de Jerusalém, que viveu no fim do século IV, em suas catequeses mistagógicas, ensina a comungar da seguinte maneira: “Ao te aproximares, não vás com as palmas das mãos rígidas, nem com os dedos separados; mas faz da mão esquerda um trono para a direita, como quem está por receber o Rei, e no côncavo da mão espalmda, recebe o corpo de Cristo, respondendo: Amém”. Esse texto de São Cirilo foi o que convenceu Paulo VI a readmitir o uso da comunhão na mão.

Muitos argumentam que nossas mãos não são dignas de tocar o sacramento do corpo de Cristo. Bem, se as mãos não são dignas, menos digna ainda é a língua. Em nenhuma parte da Escritura há alguma invectiva contra as mãos, julgando-as perigosas ou indignas, mas há uma página fortíssima da Epístola de São Tiago contra a língua (cf. Tg 3,1-12). Ele chega a escrever que a língua “está entre nossos membros contaminando o corpo todo e pondo em chamas a roda da vida, sendo ela mesma inflamada pelo inferno” (v. 6). E continua mais adiante: “A língua, nenhum ser humano consegue domá-la: ela é um mal que não desiste e está cheia de veneno mortífero” (v. 8). Se nossas mãos não são dignas de receber o corpo de Cristo, menos ainda nossa língua! Então não devíamos comungar! Então Jesus não devia ter-nos dado seu corpo como alimento! Se, pois, podemos pôr o pão eucaristizado em nossa língua, com muito mais razão podemos pô-lo em nossa mão.

O que pensar da comunhão sob as duas espécies?

A comunhão sob as duas espécies é o

mais óbvio que há. Cristo não disse: “Tomem e comam, mas não bebam”; disse: “Tomem e comam; tomem e bebam”. Logo, temos de comer e beber.

Qual é o sentido da presença de Cristo na Eucaristia?

Cristo está presente na Eucaristia sob as espécies de pão e de vinho. Ora, pão e vinho são alimentos. Logo, o sentido da presença de Cristo

na Eucaristia é que nós nos alimentemos dele. A adoração ao Santíssimo Sacramento não é a finalidade e o sentido primeiro da Eucaristia, mas um sentido derivado: já que Cristo está presente, pode-se adorá-lo. Mas Jesus não disse, ao instituir a Eucaristia: “tomem e contemplem” ou “tomem e adorem”, mas “tomem e

comam”, “tomem e bebam”. A exposição do Santíssimo Sacramento para que seja adorado tem a mesma finalidade que, numa padaria, pôr os pães na vitrine: é para despertar o desejo de comer aqueles pães tão apetitosos. Assim também a exposição do Santíssimo é para que desperte em nós o desejo de participarmos da celebração da Eucaristia, que é o fundamental; a adoração é secundária como decorrência da presença real e substancial de Cristo sob os acidentes do pão e do vinho. Por isso o Concílio insistiu na celebração, enquanto anteriormente ao Concílio aparentemente se considerava como mais importante a adoração. Em decorrência disso, no imediato pós-Concílio, muito corretamente, decresceu a prática da adoração e bênção do Santíssimo. Posteriormente, algumas pessoas começaram a pensar que essa diminuição dos momentos de adoração significava negação da presença de Cristo no pão eucaristizado e, com isso, veio a insistência na adoração, de forma que muitas paróquias, por falta de formação litúrgica, parecem ter esquecido o Concílio. ●

“É muito importante que se saiba que a forma como, até o séc. IX, se recebia a comunhão era na mão. Portanto, não se trata de coisa moderninha, como alguns imaginam.”



Evangelizar a juventude

Eduardo Calandro e Jordélio Siles Ledo

O artigo oferece pistas para a compreensão da juventude em suas diversas dimensões, relações interpessoais, afetividade, sexualidade, projeto de vida e de profissão e as implicações disso para a evangelização da juventude.

.....
Eduardo Calandro, Pároco em Goiás, mestrando em Psicologia pela PUC-GO; especialista em pedagogia catequética; assessor da comissão pastoral para animação bíblico catequética do Regional Centro-Oeste da CNBB.

E-mail: educalandro@ig.com.br.

Jordélio Siles Ledo, Estigmatino, pároco em São Caetano do Sul – SP; mestrando em Teologia Pastoral pela PUC-SP; especialista em Pedagogia catequética; professor do curso de Pedagogia Catequética na PUC-GO e UNISAL, IESMA em São Luís – MA.

E-mail: jordelioledo@yahoo.com.br.

A juventude tem sido caracterizada por diferentes visões. Para muitos estudiosos da sociologia, da psicologia e da antropologia, esse é o momento primordial para as relações da vida em grupo, para a relação entre os grupos de iguais e para as profundas buscas e experiências que interferem nos resultados de encontros, desencontros, inseguranças, curiosidades, medos, confusões, indefinições, mudanças, crises e crescimentos. Devemos olhar para a juventude como um momento da vida em que se intensificam os questionamentos, discernimentos, entendimentos, sonhos. Tomemos cuidado para não cobrar da juventude algo que ainda não é possível ser oferecido, bem como desacreditar em suas potencialidades.

Desejamos pensar quais são os melhores caminhos para a nossa ação evangelizadora com a juventude. É um grande desafio entrar e compreender o universo da



juventude, mas, ao mesmo tempo, compreender para além do período marcado por mudanças físicas, cognitivas ou afetivas. Queremos pensar na juventude como fase em que se afirmam suas escolhas, suas aptidões, suas experiências e, acima de tudo, sua necessidade de encontro com Deus. A evangelização deverá ser considerada como a ação fundamental e prioritária para que o jovem adquira boa identidade cristã e se envolva na edificação do reino de Deus.

Sensíveis ao tema da Campanha da Fraternidade e à realização da Jornada Mundial da Juventude no Brasil, e aproveitando essa ocasião, precisamos refletir sobre a realidade e os desafios da *evangelização da juventude*, movidos pelo espírito de um evento tão importante pela sua grandeza e pela força de trazer para os vários segmentos juvenis a possibilidade de rever estruturas e criar itinerários que favoreçam a formação humano-cristã.

Infelizmente, a realidade nos mostra que muitos jovens são interessados pela comunidade cristã quando se trata do sacramento da crisma, e logo após receber o sacramento deixam a comunidade de fé, ou participam esporadicamente da celebração da Eucaristia. É urgente pensarmos em algo que seja mais contínuo para a participação dos jovens na vida eclesial. Nas realidades que temos assistido, nas comunidades por onde temos passado em missão, seja para cursos, seja para uma animação da Pastoral Bíblico-Catequética, vemos a preocupação dos catequistas com muitos jovens que não estão iniciados à vida cristã. Alguns, quando procuram, não encontram res-

paldo, não se tem o que oferecer a eles, e há centenas de jovens que nem atentos para isso estão.

Precisamos rever nossa “catequese de crisma”, que deveria ser catequese com juventude, ou jovens, que não deveria focar apenas no sacramento, mas ajudar os jovens a enriquecer sua experiência de vida e construir sentido para ela em interação com a fé cristã. Para isso é necessário acolhermos e estarmos atentos às características e necessidades dos jovens e não apenas a transmitir conteúdo e doutrina.

1. Juventude e relações interpessoais

A juventude é o momento em que os olhares, a atenção e as energias se voltam para o outro. Os jovens descobrem e usufruem a fraternidade do seu universo jovem. Acabarão por descobrir que todo ser humano vive em busca de um sentido, que por trás das máscaras sociais há corações palpitantes. Em muitas situações, a vida que lhes parece um drama.

Surpreender-se, comover-se, transtornar-se à ideia de que há um outro também. O universo interior, vibrar ao sentimento de “você semelhante a mim”. Isso só é possível quando, pelo menos, começa-se a explorar esse universo. Pressente-se, então, que esse universo pode se expandir na construção de intimidade recíproca com outros. Nasce, desse modo, uma verdadeira e imensa necessidade de amar.

O jovem tem sede de amar gratuitamente, com um amor novo, que nada deve a ninguém, escolhido livremente. Tem sede de amar profundamente até o encontro da intimidade do coração, onde

“O jovem tem sede de amar gratuitamente, com um amor novo, que nada deve a ninguém, escolhido livremente.”

o que é posto em comum são as próprias pessoas que se amam por elas mesmas. O romantismo pôs em relevo essa fase indistinta do amor jovem. Por exemplo, já encontramos um jovem que se apaixonou de tal modo por uma atendente que gastou todo o seu salário para lhe comprar um presente. Para muitos, isso é motivo de riso, mas para o universo do jovem isso é importante e significativo.

Na fase da juventude, as relações interpessoais se intensificam, sinal de maturidade. É o momento de abertura ao outro, convivência com o diferente, sensibilidade. Por isso precisamos pensar em uma evangelização que saiba lidar com a afetividade efervescente que esse jovem vive em sua vida; do contrário, não estaremos anunciando a mensagem ao seu coração.

2. A sexualidade como fator de socialização

A sexualidade por muito tempo foi considerada e interpretada como um tabu, e isso acontece ainda hoje em muitos ambientes. Com isso reduz-se a sexualidade a genitalidade apenas. No entanto, devemos compreendê-la para além disso. A sexualidade conduz a pessoa para a dimensão societária, eu-tu-nós.

A fase da juventude é o momento da abertura para o outro, como vimos acima. A relação de acolhida, diálogo, reciprocidade deve ser incentivada por aqueles e aquelas que assumem o papel e a missão de evangelizar os jovens. A cultura e a sociedade têm uma grande influência na formação do comportamento dos nossos jovens. Desde o nosso nascimento, fomos sendo formados a um determinado modo em relação a nossa sexualidade. Não recebemos a formação da sexualidade simplesmente nos livros ou aula, isso acontece naturalmente em todo o desenvolvimento da pessoa.



Para onde vai a juventude?

João Batista Libanio

Este livro se apresenta como um estudo exploratório, geral e de primeira aproximação. Nele, formularemos tendências presentes no mundo jovem. Estas refletem o momento cultural, atual e como ele repercute no universo juvenil.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 3789-4119

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



Imagens meramente ilustrativas.



O meio social e a sociedade são fatores que contribuem para a formação da sexualidade, pois são eles que, muitas vezes, apresentam os padrões de comportamentos humanos. Algumas pessoas podem ser altamente sensíveis aos sofrimentos dos outros, pois foram criadas em um clima de ternura e compaixão. Outras, porém, tornaram-se pessoas altamente insensíveis à dor do outro, pois o seu convívio com as pessoas que as cercavam era de frieza.

A evangelização com jovens deve ser feita de momentos de interação que possibilitem o encontro com os outros, a partir da vivência da fé na vida em comunidade, e que os ajudem a fazer a experiência do Deus de Jesus Cristo. A evangelização com os jovens não pode simplesmente negar a sexualidade ou criar barreiras com uma série de moralismos, mas dialogar com os jovens, mostrar que a sexualidade também é criação de Deus e que pode ser melhor vivida à luz da fé. Não passar por cima das questões relativas à sexualidade, mas abordar com aquilo que a fé cristã pode oferecer para ajudar os jovens a aprimorar e a amadurecer sua sexualidade; não simplesmente com moralismos e interditos, mas como um caminho para maior felicidade ao esclarecer o uso mercadológico que é feito da exacerbação do sexo e as consequências disso na vida.

3. Juventude e vida afetiva

Devemos oferecer nosso apoio afetivo e emocional ao jovem, que vive um momento profundo de transformações.

Vivemos na época do sentimentalismo e emoções exacerbadas, o jovem, em um dia, pode ter vários sentimentos: melancólico, eufórico, retraído, tímido, expansivo etc. A atual sociedade coloca em alta os sentimentos e emoções. “A tendência de acentuar os sentimentos, no mundo

contemporâneo, tem forte penetração no meio dos jovens e levanta questões importantes referentes à metodologia de trabalho pastoral” (Estudos da CNBB, 85, *Evangelização da juventude*, n. 24-25). Há necessidade de levar em conta os dois enfoques da cultura contemporânea e manter um equilíbrio entre os dois polos: o racional e o emocional. Emoções, sentimentos e imaginação precisam ser integrados em uma metodologia que tenha objetivos claros. Ao mesmo tempo, a razão deve deixar espaço para as emoções e a imaginação.

Ao mesmo tempo que têm fortes variações de emoções, os jovens têm uma grande facilidade para discutir, opinar sobre o papel do Estado ou sobre as diversas ideologias políticas, mas têm uma enorme dificuldade, em alguns momentos, de falar sobre si mesmos, das suas dificuldades com os pais, das suas inconstâncias emocionais, das suas tristezas. No seio da comunidade cristã, é preciso criar espaços de confiança para essa abertura e para o apoio mútuo. A mensagem do Evangelho precisa ser apresentada como resposta às dimensões da vida do jovem. A formação deve ser integral, isto é, considerar as diversas dimensões da pessoa humana e os processos grupais.

Na adolescência e juventude, a emoção está muito presente, pois a sua abertura para a relação com o outro é imbuída a todo o momento de emoções. O traço dominante da afetividade da juventude é sua vivacidade. O que inclui, pelo menos, três caracteres: fácil agitação, o seu ardor e a sua profundidade. Nervos ao vivo e sensibilidade “à flor da pele”. Pouca coisa é necessária para que o jovem se exalte ou se indigne. Sabemos também que as paixões juvenis são momentos fortes na vida, as paixões são estados afetivos absorventes e tiranizantes



que polarizam a vida psíquica em direção ao objeto. As paixões dos adolescentes e jovens valem enquanto duram. Dessa hiperemotividade, ligada à idade, e por vezes reforçada pela constituição, a ambiência e o regime de vida, decorre a instabilidade, a mobilidade de seus estados da alma. O aspecto espiritual do sentimento pode ganhar mais peso, mais consistência do que terá muitas vezes no decorrer da idade adulta.

A compreensão dessas características é, sem dúvida, fundamental, pois o jovem necessita se sentir num ambiente amigável e confiável para agir de forma natural, espontânea e sensata. Essa relação de amizade só funciona se for recíproca. Apesar de não haver uma receita pronta, cabe a nós, que nos propomos trabalhar com eles, a tarefa de ajudar mostrando o valor do respeito, da liberdade, da confiança, da vida em comunidade, da vida de fé, lembrando que o melhor exemplo deve ser a própria conduta do agente evangelizador.

4. Projeto de vida e escolhas

Sabemos que é na fase da adolescência e da juventude que se faz a escolha profissional, vocacional e elabora-se um projeto de vida. Vale lembrar das dificuldades que se enfrentam para tais escolhas. É a partir da convivência com o outro, dentro do meio social, que os jovens farão suas escolhas de vida.

Os responsáveis pela evangelização dos jovens devem ajudá-los a tomar consciência da sua vocação, o chamado à vida, a ser pessoa, a ser cristão, a ser

Igreja, a ser cidadão. “Desse modo, incluir os jovens na Igreja, hoje, significa olhar para as múltiplas dimensões nas quais eles estão inseridos, para, a partir daí, tratá-los como sujeitos com necessidades, potencialidades e demandas singulares em relação às outras faixas etárias. A juventude requer estrutura adequada para seu desenvolvimento integral, para suas buscas, para a construção de seu projeto de vida e sua inserção na vida profissional, social, religiosa etc.” (Estudos da CNBB, 85, *Evangelização da juventude*, n. 27).

O jovem, hoje, encontra dificuldade na busca de sua identidade, na qual se inclui a identidade ocupacional. Em geral, a fase da juventude é caracterizada por pelo menos algum questionamento

dos temas básicos e um reexame dos valores, atitudes e crenças. Em parte, essas explorações são possíveis graças ao desenvolvimento intelectual desse estágio; em parte, resultam também da maturação sexual, que traz muitas inquietações sobre a própria identidade e valores.

O que estou sentindo? Por que estou me sentindo assim? Como serei quando me tornar adulto ou idoso? As questões emocionais associam-se como uma espécie de intransigência que conduz à expressão de sentimento, tais como: “ninguém se sentiu assim antes”, “ninguém na verdade me compreende”, “eu sei o que eu quero e para onde vou”, “deixe-me sozinho, eu estou bem”. O jovem tende a agir nessas questões como se, depois de entender e aplicar um princípio moral abstrato seu, não pairasse para os outros dúvidas sobre a exatidão de suas opções. Algumas vezes é

“A evangelização com os jovens não pode simplesmente negar a sexualidade ou criar barreiras com uma série de moralismos.”



difícil estabelecer uma comunicação eficiente com eles e até mesmo a convivência. Diante dessa realidade, o jovem pesquisa, indaga, conhece novos mundos, novas realidades sociais que apresentam a ele um turbilhão de possibilidades dentro da dimensão vocacional profissional.

O grande número de profissões existentes, as dificuldades de mercado de trabalho, o momento em que esse jovem vive, a formação da sua sexualidade, suas experiências afetivas, a pressão e a expectativa familiar, as exigências do grupo de iguais colocam dificuldades no caminho desse jovem no momento de escolha vocacional e profissional.

Recentemente, pesquisas realizadas pelas universidades brasileiras constataram que a principal causa do abandono do curso é a escolha errada da profissão. Por isso, afirmamos a necessidade de orientação vocacional e profissional para os jovens com o intuito de ajudá-los em suas escolhas, levando ao exercício de tomada de decisão, pois é algo essencial à pessoa, numa dimensão constitutiva e qualificadora da própria vida. A experiência do processo de escolha e da elaboração do projeto de vida chega a ser vital para a formação da personalidade do jovem.

Nossa missão como Igreja é ajudá-los no discernimento vocacional e profissional, na elaboração do seu projeto de vida. Dentro de uma perspectiva cristã, ajudá-los a tomar consciência de que Deus tem um plano para cada pessoa, ou seja, Deus chama para uma missão específica na Igreja e para a construção do Reino e, assim, para assumir seu papel na sociedade.

5. Catequese para a educação da fé

Com uma juventude que é muito itinerante, como pensar a educação da fé para os dias de hoje? Sabemos que isso é um desafio, pois a fé pressupõe compromissos permanentes, a fé pressupõe coerência com a vida, a fé requer adesão ao seguimento de Jesus fundado na vida eclesial. Como fazer isso se temos a maioria dos jovens afastados da vida eclesial? É realmente uma missão que nós, homens e mulheres preocupados com a evangelização dos jovens, temos que enfrentar e assumir, fazer com que nossa prática seja atraente, que viver com Jesus Cristo seja compromisso assumido em prol de uma causa.

A maioria dos jovens considera-se católica, embora seja uma porcentagem em declínio. Essa autodenominação não significa a celebração habitual da Eucaristia dominical, nem sua identificação com a Igreja, nem a influência da religião em sua vida cotidiana. Podemos dizer que os jovens atuais

não se caracterizam pela indiferença ante a religião, mas se encontram imersos em novo itinerário religioso, pelo qual eles mesmos constroem seu próprio universo religioso à margem da referência eclesial. É a chamada religião ao gosto (*Dicionário de Catequética*, p. 643). Por outro lado, vemos alguns jovens inseridos em movimentos radicais, dentro e fora da Igreja, e isso prova a necessidade que nossa juventude tem de referencial.

Os jovens de hoje vivem com urgência a busca de sentido que dê respostas às questões fundamentais do ser humano. Essa busca, e sua abertura experiencial ao

**“Ajudar os jovens a rever
o seu conceito de Deus
e de religião, por meio
de uma boa atualização
catequética e de um bom
aprofundamento bíblico.”**



religioso, são duas perspectivas que deverão ser tidas em conta na catequese, já que potenciam o caráter pessoal e personalizador que deve ter o ato de fé, sem menosprezo dos componentes racionais e institucionais da mesma fé.

Esse tempo é marcado por uma mudança de época, com relação à prática religiosa. Somos a todo o momento expostos a muitas religiões, vindas com inúmeros convites e ofertas de milagres mágicos, com hora marcada. São inúmeras as propostas de um Deus milagreiro, esquecendo do Deus de Jesus Cristo. A mensagem bíblica é encontrada pelos jovens nos meios de comunicação e no comércio. Os jovens, mais do que os adultos, estão diretamente orientados para uma religiosidade que busca adequar-se à realidade pós-moderna.

Diante dessa realidade de desafios e desencontros, vemos ainda em nossas comunidades alguns jovens que sentem necessidade de contato mais íntimo com Deus e com o outro. Ainda percebemos a grande necessidade que o jovem e a jovem têm de Deus em sua vida, e isso eles podem encontrar na prática da religião, mesmo tendo algumas objeções com relação à Igreja instituição:

Constatamos que a imagem que muitos deles têm da Igreja é de algo ultrapassado, burocrático, e que fala uma linguagem que não se conecta com sua vida. Frequentemente compreendem-na apenas como instituição e não como a comunidade dos seguidores de Jesus (cf. Estudos da CNBB, 85, *Evangelização da juventude*, n. 67).

Algumas atitudes entre os jovens são comuns, pois alguns consideram a religião algo importante, mas que cada um deve acreditar do seu modo, a partir daquilo que se sinta melhor. Há também uma par-

cela da juventude que atua na vida da Igreja, embora apresente algumas discordâncias com relação à sua ação, e essa participação é mais eventual do que efetiva. E temos jovens que participam efetivamente da vida da comunidade e consideram isso de suma importância para a vida, como algo que dá sentido à vida, mas isso também não os impede de serem questionadores com relação à Igreja.

A fé não se compra no supermercado, fé é processo, é dom destinado a crescer, fé é compromisso. Quando olhamos para a Sagrada Escritura, ela afirma que o justo sabe que quem o sustenta é a fé. O sábio entende que não é possível viver sem a fé. A pessoa simples não faz interrogação sobre a fé, vive-a do seu modo simples... Entretanto, vivemos na sociedade da mais-valia, a pessoa vale pela produção, por aquilo que se pode oferecer, ou por aquilo que possui. O mercado é interesseiro e não se preocupa com a fé, mas, sim, com o lucro, o quanto se vai ganhar, quanto proveito se tira disso ou daquilo.

A catequese como educação da fé deve levar tudo isso em consideração e procurar desenvolver-se de maneira integral, dentro de uma pedagogia de caráter processual e dinâmica que valorize as dimensões da relação do jovem consigo mesmo, a relação com o grupo de catequese, com a sociedade, com Deus e com a Igreja, ou seja, uma catequese que conduza ao encontro transformador.

6. Catequese para o seguimento de Jesus Cristo

Pelo marcante significado e pelos riscos a que estão expostos nessa fase da vida, os jovens são interlocutores que merecem uma atenção especial da catequese. No coração da catequese com os jovens está a proposta explícita do seguimento



do Cristo. É uma proposta que faz deles interlocutores, sujeitos ativos, protagonistas da evangelização, envolvidos na construção de uma nova sociedade para todos (cf. DNC, n. 189-193).

Nossa missão de catequistas é ajudar os jovens a compreender melhor o chamado para seguir Jesus Cristo. Ajudá-los a rever o seu conceito de Deus e de religião, por meio de uma boa atualização catequética e de um bom aprofundamento bíblico. Essa revisão e atualização se fazem ainda mais necessárias nos grupos que possuem jovens vindos de outras igrejas cristãs ou católicos que viviam afastados da comunidade.

É na experiência de Jesus que se educa a fé. Para isso, é importante destacar alguns elementos a serem trabalhados para uma consciência mais clara do verdadeiro sentido do chamado a ser cristão.

O primeiro passo para se ter um encontro é o OLHAR. “Vem e vê” (Jo 1,46); “Chamou a si os que ele queria (...) para que ficassem com ele” (Mc 3,1.3-14). É bom lembrar aos catequistas que ninguém pode seguir Jesus Cristo sem ter uma profunda experiência de vida com ele. Por isso, a catequese com jovens deve incentivar a importância da oração, através da leitura orante da Palavra de Deus, da celebração dos sacramentos e da vivência dos valores do Evangelho.

A catequese com jovens deve ser questionadora. Para seguir Jesus é preciso deixar-se questionar por ele: “Se queres (...) vem e segue-me” (Mt 19,21). Os catequistas devem compreender que isso não é teoria, não basta fazer o jovem sentir-se bem na experiência pessoal com Jesus Cristo e achar bonito o que ele fala. É preciso, na educação ao seguimento de Jesus, comprometer-se com ele. Esse compromisso nascerá de um sério e necessário questionamento, como fez o jovem Saulo: “Que farei, Senhor?” (At 22,10). O seguimento a Jesus é

um caminho a percorrer e construir. A catequese deve ajudar o jovem a relacionar sua fé cristã com sua experiência existencial, com sua vida concreta, e a assumir compromissos permanentes.

Com criatividade pastoral, é importante apresentar e testemunhar Jesus Cristo dentro do contexto em que o jovem vive hoje. E como resposta às suas angústias e aspirações mais profundas, “devemos apresentar Jesus de Nazaré compartilhando a vida, as esperanças e as angústias do seu povo”. Um Jesus que caminha com o jovem, como caminhava com os discípulos de Emaús, escutando, dialogando e orientando (Estudos da CNBB, 85, *Evangelização da juventude*, n. 54).

A catequese com jovens deve ajudar cada um a perceber que seguir a Jesus é estar disposto a viver de um jeito novo, abraçando sua missão; iluminando seu projeto de vida com o projeto do Reino; construindo novas relações com as pessoas; assumindo com liberdade e fidelidade os anseios humanos que se revelam na juventude.

7. Catequese para inserção na Igreja e na sociedade

A formação do discípulo acontece na vida de comunidade, onde se experimenta o mandamento novo do amor recíproco, que suscita um ambiente de alegria, de amizade, de carinho, de acolhida e de respeito. O encontro com Cristo, presente entre aqueles que se reúnem em seu nome (cf. Mt 18,20), no amor, trará consequências e deixará marcas indeléveis na capacidade de relacionamento entre as pessoas, envolvendo os sentimentos, a inteligência, a liberdade e o compromisso com um novo modo de agir na Igreja e na sociedade. Comunidades e grupos assim formados atrairão os que vierem

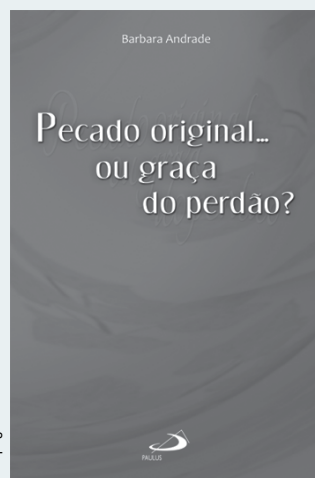
de fora (Estudos da CNBB, 85, *Evangelização da juventude*, n. 61).

A catequese deve, em seu itinerário pedagógico, motivar o jovem para a inserção na comunidade cristã. É preciso ajudar os jovens a compreender que não se pode seguir Jesus Cristo de forma isolada, egoísta, mas que o seguimento só se realiza plenamente quando estamos na comunidade. Tomei só consegui crer na ressurreição de Cristo quando voltou para a comunidade (cf. Jo 20,24-28).

Em nossa Igreja, há uma presença significativa de jovens em vários setores da vida eclesial: nas comunidades eclesiais de base e nas paróquias; participando das equipes de liturgia e de canto; atuando como catequistas e em diversas pastorais, movimentos, novas comunidades; institutos seculares e congregações. Entretanto, a presença de jovens na Igreja tem decaído.

A Igreja, em suas diversas comunidades e formas de expressão, precisa ajudar os jovens a fazer a experiência da comunidade-Igreja como Corpo místico de Cristo, onde todos os membros estão interligados e cada um ocupa um papel diferenciado. A catequese deve apresentar que na comunidade há espaço para todos os dons e talentos, e por isso deve motivar o jovem a perceber qual a função que pode exercer na comunidade através dos seus dons. A comunidade que precisamos apresentar ao jovem é a comunidade Corpo de Cristo. Temos serviços diferentes, mas todos convergem para a realização da única missão da Igreja (cf. 1Cor 12,4-30). Com isso, supriremos uma catequese apenas sacramental, pois, com essa compreensão, não basta ser batizado, ser crismado, dizer-se seguidor de Cristo, é preciso participar, assumindo seu papel e a sua missão na comunidade.

Tal inserção dos jovens será favorecida se as comunidades estiverem abertas para



224 págs.

Pecado original... ou graça do perdão?

Bárbara Andrade

A autora introduz um novo conceito de pessoa; antepõe a dimensão comunitária à individual e, por último, parte da experiência de fé fundamental: a experiência de sermos introduzidos, no Espírito e por Cristo, na comunhão com o Pai e, conseqüentemente, acolhidos e perdoados por nosso Deus Trindade.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 3789-4119

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





acolher o jeito de ser jovem, rompendo preconceitos e assumindo o seu papel de educadora, pois toda a comunidade é catequizadora, como nos afirma Puebla. É preciso, em nossa catequese, ajudar os jovens a fazer a experiência prazerosa de pertencer à comunidade cristã.

A consequência da inserção e da experiência na comunidade cristã faz com que o jovem assuma o compromisso com a transformação do mundo, da sociedade humana a partir dos valores do Evangelho. Não se pode ser cristão apenas dentro da Igreja, uma vez que o convite de Jesus é: “Vão pelo mundo inteiro e anunciem a Boa Notícia para toda a humanidade” (Mc 16,15). Inserido na sociedade, o jovem é chamado a ser sal e luz: “Vocês são o sal da terra (...) Vocês são a luz do mundo” (Mt 5,13-14).

A catequese bem feita ajuda os jovens a sentirem-se incomodados, inquietos com a realidade social que os cerca, cheia de injustiças, discriminações e atentados à vida, e, a partir disso, leva-os a uma atitude de solidariedade, de compaixão ativa e de compromisso com o bem, com a verdade, a justiça e a vida como fez Jesus.

A educação da fé que aponta para o compromisso com a transformação da sociedade conduzirá o jovem para a realização do seu “ser jovem”, como agente transformador e protagonista dentro de uma sociedade que nem sempre o acolhe. Com isso, a catequese estará cumprindo o seu papel de unir fé e vida, formando cidadãos do Reino, discípulos jovens que sejam apaixonados e seguidores de Jesus. ●

Bibliografia

- ALBERICH, E. *Catequese evangelizadora: Manual de catequética fundamental*. São Paulo: Salesiana, 2004.
- BORAN, J. *Afetividade e sexualidade*. Subsídios 3, Pastoral da juventude. Brasília: CCJ, 1999.
- BUBER, M. *Eu e Tu*. São Paulo: Centauro, 2001.
- CALANDRO, Eduardo; LEDO, Jordélio Siles. *Psicopedagogia catequética – Adolescentes e jovens*. Vol. II. São Paulo: Paulus, 2010.
- CAVALLIN, A. *Catequese para um mundo em mudança*. São Paulo: Paulus, 1995.
- CNBB. *Diretório nacional de catequese*. Brasília: Edições CNBB, 2006.
- CNBB. *Evangelização da juventude*. Brasília: Edições CNBB, 2007.
- CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. *Diretório geral para a Catequese*. São Paulo: Loyola; Paulinas, 1988.
- CONSELHO PONTÍFICIO PARA A FAMÍLIA. *Sexualidade humana: Verdade e significado, orientações educativas em família*. São Paulo: Paulus, 1996.
- CÓRIA-SABINI, M. A. *Psicologia do desenvolvimento*. São Paulo: Ática, 2006.
- NAVARRO, M.; PEDROSA, V. M. *Dicionário de catequética*. São Paulo: Paulus, 2004.
- FOWLER, J. *Estágios da fé*. São Leopoldo: Sinodal, 1992.
- ITOZ, S. *Adolescência e sexualidade: Para eles e para nós*. São Paulo: Paulinas, 1999.
- TILLICH, P. *Dinâmica da fé*. São Leopoldo: Sinodal, 1957.
- ZANINI, O. *Como viver a sexualidade*. São Paulo: Loyola, 1987.



Ensino Religioso e catequese: um diálogo possível

Robson Stigar

Atualmente, o Ensino Religioso e a catequese não se identificam. Porém, tampouco se contrapõem. A questão está no enfoque sobre o objeto: o Ensino Religioso visa a educação da religiosidade, e a catequese, a educação da fé. O grande desafio é conscientizar a sociedade, pais, alunos e professores sobre a importância da disciplina de Ensino Religioso.

Introdução

O Ensino Religioso faz parte da educação desde quando o Brasil foi colonizado por Portugal e por muitas vezes foi considerado como catequese. Na história da educação brasileira, as instituições religiosas e o processo educativo sempre estiveram bem próximas em uma constante relação.

No Brasil, o Ensino Religioso é garantido pela constituição de 1988 e pela LDB nº 9394/96, como parte integrante do currículo das escolas de Ensino Fundamental, o que o caracteriza como uma disciplina, embora de matrícula facultativa. Porém, o objetivo da discussão acerca da finalidade do Ensino Religioso exige a reflexão das concepções que fundamentam a educação.

Atualmente, o Ensino Religioso e a catequese não se identificam. Porém, tampouco se contrapõem. A questão está no enfoque sobre o objeto: o Ensino Religioso visa a educação da religiosidade, e a catequese, a educação da fé. A catequese supõe a fé, inspiran-

Robson Stigar, mestre em Ciências da Religião; licenciado em Ciências Religiosas e em Filosofia; bacharel em Teologia; especializado em Ensino Religioso, em Psicopedagogia e em Catequética.

E-mail: robsonstigar@hotmail.com.



do-se no que é próprio da sua religião, com o objetivo de desenvolver a formação na fé.

1. Desafios

Um grande desafio atual tanto do Ensino Religioso como da catequese é buscar uma identidade própria. A CNBB apresenta no Diretório Geral de Catequese¹ (2006) que o Ensino Religioso é, e deve ser, distinto de catequese.

A situação do HER é distinta nos vários Estados: de caráter antropológico (cultura religiosa), ecumênico, inter-religioso e confessional. João Paulo II, falando às Conferências Episcopais da Europa, afirma que os alunos “têm o direito de aprender, de modo verdadeiro e com certeza, a religião à qual pertencem. Não pode ser desatendido esse seu direito a conhecer mais profundamente a pessoa de Cristo e a totalidade do anúncio salvífico que Ele trouxe. O caráter confessional do Ensino Religioso escolar, realizado pela Igreja segundo modos e formas estabelecidas em cada país, é, portanto, uma garantia indispensável oferecida às famílias e aos alunos que escolhem tal ensino” (DGC 74). As dioceses empenhem-se na formação de profissionais para o exercício do Ensino Religioso escolar (DGC, 2006, p. 23).

A distinção entre catequese e Ensino Religioso aparece, pela primeira vez, na literatu-

ra da Igreja, num discurso do papa João Paulo II aos Sacerdotes de Roma. A CNBB, no documento *Catequese renovada, orientações e conteúdo* (1983), traz uma breve citação desse discurso, em que se afirma que o Ensino Religioso deve “caracterizar-se pela sua referência aos objetivos e critérios próprios da estrutura escolar”, e acrescenta que o Ensino Religioso nas escolas é distinto da catequese que é dada na comunidade paroquial.

Segundo o FONAPER (2000), o Ensino Religioso é atualmente “previsto, possível e necessário” e está situado em um novo paradigma, “[...] no contexto dos propósitos educacionais que marcaram o início do novo milênio”. “Por fim, há aqueles que acreditam e reconhecem o valor do Ensino Religioso” e postulam sua inclusão não só no Ensino Fundamental, como também em todo o ensino básico, desde a educação infantil (FONAPER, 2000, p. 8-9).

Outro desafio é a questão do proselitismo religioso. Devemos ter clara a questão da diversidade religiosa, bem como a questão da liberdade religiosa. A questão das diferenças culturais e religiosas está cada vez mais presente na escola e está implícita no processo educativo.

A discussão sobre a diferença evoca dois conceitos: o da inclusão e o da exclusão na escola. Esses dois movimentos na pesquisa educacional brasileira mostram que considerar as diferenças pode fazer a diferença para muitas pessoas, porque pode significar inclusão e exclusão.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais fazem referência ao dever da escola em garantir a igualdade, e assim manter o respeito entre aqueles que compõem a escola. Na busca por consolidar um ensino que garanta a democracia bem como a pluralidade cultural, os Parâmetros Curriculares Nacionais dizem que:

“A questão das diferenças culturais e religiosas está cada vez mais presente na escola e está implícita no processo educativo.”

1 O Diretório Nacional de Catequese é um esforço de adaptação à realidade do Brasil do Diretório Geral para a Catequese, de 1997. Nele, portanto, se inspira, fazendo, porém, as adaptações necessárias, que reflitam a caminhada da Igreja e o movimento catequético brasileiro desses últimos 50 anos. O documento da CNBB *Catequese renovada, orientações e conteúdo*, que, desde 1983, vem impulsionando a catequese no Brasil, continua sendo-lhe uma referência fundamental.



a escola deve ser local de aprendizagem de que as regras do espaço público democrático garantem a igualdade, do ponto de vista da cidadania, e ao mesmo tempo a diversidade, como direito. O trabalho com a Pluralidade Cultural se dá, assim, a cada instante, proporcionando que a escola coopere na formação e consolidação de uma cultura da paz, baseada na tolerância, no respeito aos direitos humanos universais, e da cidadania, compartilhada por todos os brasileiros. Esse aprendizado exige, sobretudo, a vivência desses princípios democráticos no interior de cada escola, no trabalho cotidiano de buscar a superação de todo e qualquer tipo de discriminação e exclusão social, valorizando cada indivíduo e todos os grupos que compõem a sociedade brasileira (PCNER, 1998, p. 98).

Assim, justifica-se a importância de a igualdade e o respeito às diferenças estarem presentes na escola. Se esses dois conceitos estiverem inseridos no processo educativo, estará garantida a inclusão de todos, bem como uma maior abertura para o diálogo.

A respeito da concepção do Ensino Religioso, está claro o que se entende por “ensino”, os problemas aparecem a partir do termo “religioso”, ou seja, a concepção de educação não é o problema e sim a concepção de religiosidade.

Devemos ter clara a questão da interdisciplinaridade, que deve existir, sim, mas o Ensino Religioso jamais poderá ser substituído por conteúdos interdisciplinares, como vem sendo proposto.

O Ensino Religioso deve estar inserido no currículo escolar juntamente com as 10 áreas de conhecimento, estabelecidas pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Assim, ele é uma disciplina como todas as outras, sendo a única que está amparada por lei específica. Seu espaço está garantido nas escolas pela Constituição Federal e

pelas constituições estaduais.

Segundo Brandenburg (2004), o Ensino Religioso é:

Um campo mediador da questão religiosa, da espiritualidade ou do saber religioso. Funciona como interlocutor entre o elemento religioso presente na realidade social e a realidade pedagógica própria da escola. [...] Ensino Religioso escolar – confluência da realidade pedagógica com a religiosa (BRANDENBURG, 2004, p. 58).

O que prejudica a compreensão do Ensino Religioso como disciplina é a falta de conhecimento, por parte da sociedade em geral, da nova lei. Carecemos da organização de um bom currículo e de profissionais qualificados para assumir a disciplina de Ensino Religioso.

Há, também, aqueles que não consideram importante que a disciplina de Ensino Religioso faça parte do currículo escolar, achando-a desnecessária. Aqueles que não percebem a importância do Ensino Religioso na escola pensam que o educando deveria estar dando mais atenção para as disciplinas tradicionais do currículo.

Ainda existem aqueles setores da sociedade e educadores que veem a religião como algo desnecessário à formação da pessoa e acreditam que ela é prejudicial a essa formação. Para justificar essa afirmação, as pessoas descrentes da função da religião questionam-se: não estaria voltando, com o Ensino Religioso, o espírito de intolerância de imposição dogmática que imperava em estados teocráticos e que caracterizava grupos religiosos fundamentalistas? Não fica arranhada a salutar separação entre Igreja e Estado?

2. A relevância do Ensino Religioso e da catequese

Outro grande desafio é conscientizar a sociedade, pais, alunos e professores sobre a importância da disciplina de Ensino Religio-



so, bem como os seus objetivos e deliberações legais. Segundo Junqueira & Cardoso (2008), o termo Ensino Religioso permanece como tal desde a colonização do Brasil, porém é necessário distinguir que houve mudanças nesse componente curricular, o que, por sua vez, não ocorre com tanto sucesso.

Desde o período da monarquia brasileira nos currículos das escolas foi inserida a disciplina do Ensino Religioso. O projeto do Deputado geral Rui Barbosa (1882-1883) foi orientado que seria ensinado pelos ministros de culto no prédio da escola, depois do horário normal, o ensino religioso para as crianças que os pais solicitassem, podendo ocorrer essas aulas até três vezes por semana. Mais tarde, uma longa discussão surgirá polemizando sobre continuar ou não esta disciplina no espaço escolar (JUNQUEIRA, 2002).

Na Assembleia Constituinte de 1988, foi sugerido aos membros da Comissão de Educação na Câmara, ao próprio relator da nova Carta e aos juristas da Comissão Afonso Arinos (1986), que apresentaram o anteprojeto, que alterassem o nome para “Educação Religiosa”. Porém, para assegurar essa disciplina na Lei Maior, seria adequada a expressão “Ensino Religioso”, por se tratar de algo relacionado ao sistema de ensino. A expressão “Educação Religiosa” não teria o caráter disciplinar como se propunha, ou seja, de disciplina integrante de um currículo.

Mesmo que o termo “religioso” evoque a relação com o sistema religioso, é importante ressaltar que a disciplina é parte do currículo escolar, portanto, uma questão dos sistemas de educação e não das instituições religiosas. Todo ensino visa a aprendizagem a ser adquirida pelo sujeito do processo, o aluno. Pergunta-se, então: ensinar e aprender o quê? Como? Quando? Para quê? (JUNQUEIRA, 2002).

Compreende-se que o conhecimento religioso é um patrimônio da humanidade e que, legalmente, institui-se na escola, pressupondo promover aos educandos oportunidade de se tornarem capazes de entender os movimentos específicos das diversas culturas, sendo o substantivo “religioso” um forte elemento de colaboração com a constituição do cidadão multiculturalista. Isso significa que requer ainda o entendimento e a reflexão no espaço escolar diante do reconhecimento da justiça e dos direitos de igualdade civil, social, cultural, político e econômico, bem como a valorização da diversidade daquilo que distingue os diferentes componentes culturais de elaboração histórico-cultural brasileira.

Por esse motivo que, para viver democraticamente em uma sociedade multicultural, como a brasileira, é preciso conhecer e respeitar as diferentes culturas e grupos que as constituem. Portanto, o papel do Ensino Religioso é, por meio da cultura, trazer ao grupo social e ao indivíduo uma leitura própria e uma compreensão do ser (da pessoa e como grupo social), do agir, do conviver e da responsabilidade de se relacionar com o Transcendente, com o Divino. O contrário a uma convivência democrática é marcado pelo preconceito, sendo um dos grandes desafios da escola. Cabe ao ambiente escolar conhecer e valorizar a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade, só assim poderá neutralizar atitudes preconceituosas. Nesse aspecto, ainda há muito para ser dito e realizado sobre essa área do conhecimento na formação do cidadão (JUNQUEIRA, 2002).

O Ensino Religioso, assim como as demais áreas de conhecimento que são discutidas ao longo do Ensino Fundamental, contribui no desenvolvimento da capacidade de aprender. Tem como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo, assim como a



compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade, ou ainda, o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimento, habilidades e a formação de atitudes e valores. Finalmente, e não menos importante, no fortalecimento dos vínculos familiares, dos laços de solidariedade e de tolerância à diversidade cultural e religiosa em que se assenta a vida social.

Segundo Cândido (2004), a escola tem um papel relevante para a formação do educando diante do respeito às culturas e tradições religiosas existentes no interior de cada sociedade, e o aluno, por sua vez, tem aulas que possam subsidiar esse entendimento.

No item sobre a razão de ser do Ensino Religioso, aparece a visão de educação escolar como aquela que tem historicamente possibilitado o acesso ao conhecimento produzido pela humanidade e o desenvolvimento do indivíduo como pessoa; um processo de desenvolvimento global da consciência e da comunicação entre educador e educando. À escola compete integrar, dentro de uma visão de totalidade, os vários níveis de conhecimento: o sensorial, o intuitivo, o afetivo, o racional e o religioso. A escola deve disponibilizar o conhecimento religioso, por ser patrimônio da humanidade, já que o substrato religioso colabora no aprofundamento para a autêntica cidadania (CÂNDIDO, 2004, p. 41).

Mas há que se perguntar: precisa-se mesmo do Ensino Religioso? É óbvio que uma criança não compreende os dogmas e princí-

pios da religião. No entanto, ela possui o sentimento de religiosidade. Ao formar conexões com algumas questões fortes da vida, como: “por que isso acontece?”, “por que não?”, essa criança está refletindo sobre a espiritualidade e, dependendo dos pais e docentes, pode ou não ser dirigida por um canal positivo.

3. Superação do modelo confessional

Outro grande desafio que a disciplina de Ensino Religioso possui é a questão da superação do modelo confessional de Ensino Religioso, que é também conhecido como modelo catequético e/ou teológico.

O modelo catequético é organizado e se sustenta na confessionalidade. Assim, no entender do autor, em todos os momentos históricos após o surgimento do cristianismo “a catequese era vista como construção, como uma prática escolar voltada para a formação das ideias corretas em oposição às ideias falsas” (PASSOS, 2007, p.

57) (CNBB, Doc. 26, p. 8-13). Nesse modelo, os conteúdos ficam sob responsabilidade das igrejas, juntamente com a confessionalidade, e aparece o modelo pedagógico tradicional. Contudo, o risco dessa proposta é o proselitismo e a intolerância religiosa.

O modelo catequético possui uma cosmovisão unirreligiosa, seu contexto político é aliança entre Igreja e Estado, possui como fonte os conteúdos doutrinários, seu método é a doutrinação, possui grande afinidade com a escola tradicional, seu objetivo é a expansão das igrejas, é de responsabilidade das confissões religiosas e por fim possui um grande risco de proselitismo e intolerância religiosa.

“Existem aqueles setores da sociedade e educadores que veem a religião como algo desnecessário à formação da pessoa e acreditam que ela é prejudicial a essa formação.”



O modelo teológico possui uma cosmovisão plurirreligiosa, seu contexto político é a sociedade secular, sua fonte nasce da antropologia – teologia plural, seu método é a indução, possui grande afinidade com a escola nova, seu objetivo é a formação religiosa do cidadão, a responsabilidade é das confissões religiosas e, por fim, possui um grande risco como uma catequese disfarçada. Esse modelo teológico:

[...] é adotado porque se trata de uma concepção de ER que procura uma fundamentação para além da confessionalidade estrita, de forma a superar a prática catequética na busca de uma justificativa mais universal para a religião enquanto dimensão do ser humano e como um valor a ser educado (PASSOS, 2007, p. 60).

Essa cosmovisão representa uma nova forma de ver a religião, ou seja, supera a cosmovisão da cristandade medieval para buscar um argumento racional teológico. Esse modelo esteve presente

nas escolas a partir do Concílio Vaticano II, usando como fundamento as modernas teologias.

Assim, a teologia age como pressuposto que sustenta a convicção dos agentes e a própria motivação da ação, e a missão de educar é afirmada como um valor sustentado por uma visão transcendente do ser humano. Por conseguinte, a filosofia serve de apoio racional à teologia para pensar o Ensino Religioso.

Considerações finais

Não resta dúvida da relevância da disciplina de Ensino Religioso e da catequese como instrumento de educação religioso e de fé. Porém, precisamos saber dividir a identidade de cada uma delas a fim de evitar proselitismo religioso e fundamentalismos. Não resta dúvida de que a escola é um espaço socializador e agregador de valores, porém também é um espaço democrático e de grande pluralismo religioso que deve ser respeitado tanto pelo Ensino Religioso como pela catequese. ●

Referências

- ALBERICH, Emílio. *A catequese na Igreja hoje*. São Paulo: Ed. Salesiana, 1983.
- AMALADOSS, Michael. *Pela estrada da vida: prática do diálogo inter-religioso*. São Paulo: Paulinas, 1997.
- BRANDENBURG, Laude Erandi. *A integração pedagógica no Ensino Religioso*. São Leopoldo: Sinodal, 2004.
- CÂNDIDO, Viviane Cristina. *O Ensino Religioso e suas fontes*. Dissertação de Mestrado em Educação. São Paulo, UNINOVE, 2004.
- CNBB. *Diretório geral para a catequese*. São Paulo: Paulinas, 2006.
- FERNANDES, Maria Madalena. *Afinal, o que é o ensino religioso? Sua identidade própria em contraste com a catequese*. São Paulo: Paulus, 2000.
- FIGUEIREDO, Anísia de Paulo. *Ensino Religioso: perspectivas pedagógicas*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- FONAPER. *Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Religioso*. São Paulo: Ave Maria, 1997.
- JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. *O processo de escolarização do Ensino Religioso no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- PASSOS, João Décio. *Ensino Religioso: construção de uma proposta*. São Paulo: Paulinas, 2007.
- VIESSER, Lizete. *Um paradigma didático para o Ensino Religioso*. Petrópolis: Vozes, 1994.



A pastoral dos direitos humanos: seu fundamento e os necessários cuidados com a ideia de “lei natural”

Nicolau João Bakker, svd

Nas últimas décadas, todo o esforço sociotransformador da Igreja – e da sociedade em geral – tem sido fundamentado, em grande parte, no conceito de “direitos humanos”. O objetivo deste artigo é traçar o longo itinerário dos direitos humanos em sua relação com a ideia de “lei natural” e o grande cuidado que devemos ter hoje na aplicação desse conceito para não incorrer em equívocos pastorais.

Nicolau João Bakker, svd, missionário do Verbo Divino, sacerdote, formado em filosofia, teologia e ciências sociais. Atuou sempre na pastoral prática, rural e urbana. Por muitos anos atuou no Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo-SP (CDHEP/CL), coordenando o programa de formação de lideranças eclesiais e o de combate à violência urbana. Lecionou Teologia Pastoral no Itesp (Instituto de Teologia / SP). Durante oito anos foi auxiliar na pastoral e vereador, pelo PT, no município de Holambra, SP.

E-mail: nijlbakker@hotmail.com

Introdução

O papa Bento XVI, no discurso inaugural à V Conferência Episcopal de Aparecida (2007), ciente das polêmicas internas na Igreja do continente, fez questão de dizer que “a evangelização esteve sempre unida à autêntica libertação cristã”. Surpreendeu a todos também sua enfática defesa da opção preferencial pelos pobres. Em sua encíclica *Caritas in Veritate* (2009), insiste em dizer que não bastam meras obras de caridade. Afirma que deve ser evitado o “assistencialismo paternalista” (n. 57), que a justiça é anterior à exigência da caridade (n. 6) e que existem laços profundos entre evangelização e libertação (n. 15). Nas últimas décadas, todo o esforço sociotransformador da Igreja – e da sociedade em geral – tem sido fundamentado, entre outros, no conceito de “direitos humanos”. No Brasil, a partir da década de 1970, no contexto da ditadura militar, foram criadas diversas comissões diocesanas – ou pastorais – de direitos humanos. Não apenas na Igreja, mas também na mídia em geral, nas universidades e nas mais diversas ONGs e associações da sociedade civil organizada,



os direitos humanos continuam no topo da lista das grandes causas humanitárias.

Sob o ponto de vista pastoral, hoje, a causa dos direitos humanos deve ser analisada de forma muito mais matizada do que em décadas passadas para não propor soluções simplistas ou equivocadas. Na encíclica acima mencionada, Bento XVI aborda a questão do desenvolvimento na perspectiva dos direitos humanos e observa: “(...) direitos individuais, desvinculados de um quadro de deveres que lhes confira um sentido completo, enlouquecem e alimentam uma espiral de exigências praticamente ilimitada e sem critérios” (n. 43). Existe um fundamento que “indica” quais os direitos possíveis e quais os limites. Esse fundamento, diz o papa, está gravado como uma espécie de “gramática” dentro da própria realidade criada, e dentro da natureza humana feita à imagem de Deus (n. 48). O papa aqui faz referência a uma das mais tradicionais doutrinas da Igreja: a doutrina da “lei natural”. O objetivo deste artigo é traçar o longo itinerário desse conceito, sua grande importância na elaboração da proposta dos direitos humanos e o grande cuidado que devemos ter hoje na aplicação desse princípio para não incorrermos em equívocos pastorais.

1. A longa controvérsia em torno da “lei natural”

Certa concepção de igualdade e mútua pertença é comum a todos os povos desde sempre. Do nascer ao morrer, seres humanos são interdependentes de tal forma e sobrevivem por mecanismos tão idênticos que a vaga ideia de uma “natureza humana” comum surge espontaneamente. É comum também aos povos pré-modernos crer num Deus Criador, ou em divindades que definem e controlam a existência humana desde o início. Divindades às quais convém obedecer. Artefatos da mais antiga Mesopotâmia já fa-

lam das “leis dos deuses”. Na tradição religiosa dos judeus, essa natural religiosidade humana encontra uma expressão muito particular no Código da Aliança: Javé tem uma predileção especial pelos que sofrem injustiças. Deus vem ao encontro dos oprimidos, e sua Lei deve permanecer gravada no coração do povo todo... E até dos outros povos da terra. Em seu tempo, Jesus não adota o exagerado legalismo do Código de Pureza do Templo e retoma a inspiração original do Código da Aliança. Para Jesus, Deus é como um Pai que ama todos os seus filhos e filhas por igual, mas com um cuidado especial pelos que se encontram à beira do caminho. Amar o próximo, a começar pelo injustamente marginalizado, seja quem for, essa é a Lei que realiza o Reino de Deus na terra.

Até aqui ninguém fala em “lei natural”, mas seu esboço já está presente. Os gregos “pagãos” falam de um “Logos”, uma espécie de Sabedoria Divina que está na origem de tudo e permeia tudo. Os primeiros cristãos já discutem acaloradamente com os “gnósticos”, os primeiros “iluminados” da história que se consideravam superiores aos demais por possuírem a “gnose”, uma centelha dessa Sabedoria Divina. O grande escritor e político romano, Cícero (†43 a.C.), amante da filosofia grega, popularizou entre os romanos o estoicismo: viver a vida natural bem vivida é viver de acordo com o Logos. As leis públicas e as normas éticas encontram aí seu fundamento, diz Cícero.

Na ânsia de encontrar uma explicação para o mal num mundo governado pelos deuses, as ideias gnósticas, no terceiro século do cristianismo, levam a uma nova e poderosa vertente, a maniqueísta: o mundo é governado por um princípio do Bem (superior, divino, espiritual) e um princípio do Mal (inferior, diabólico, material). Santo Agostinho (†430), mesmo rejeitando essa vertente, não deixou de sofrer fortemente sua influência. A mente humana é simples-



mente incapaz de pensar independentemente do seu tempo e do contexto local. A natureza humana, diz esse grande místico, ainda que perfeita, criada à imagem de Deus, foi corrompida pelo pecado, e apenas uma força superior, uma graça divina, pode levar o ser humano – e a “Cidade dos Homens” – ao seu destino final, a “Cidade de Deus”.

É São Tomás de Aquino (†1274), o mais influente teólogo do passado, que fará do conceito de “lei natural” um dos alicerces tradicionais do pensamento cristão. Para entender São Tomás não podemos imputar nele as ideias da nossa assim denominada “modernidade”. O que Tomás tem às mãos é a herança filosófica e teológica do seu tempo. Usa, de preferência, Aristóteles, inclusive a tese deste sobre a hierarquia das espécies. Deus, opina Tomás, é sempre o mesmo, eterno, imutável, muito acima de qualquer razão humana. Ao criar o universo e o mundo tal como os conhecemos, Deus os criou para existirem sempre da mesma forma. Todas as criaturas mantêm sua existência de acordo com uma “lei natural” que nunca muda. Tomás percebia muito bem que seres humanos mudam sempre de opinião e de comportamento. Ainda assim, afirma que a “natureza humana” é sempre a mesma. O ser humano está no topo das espécies. Dotado de razão, pode descobrir nas coisas e em si próprio essa lei natural e, assim, conhecer a vontade do Criador. Faz parte da natureza humana, diz Tomás, tanto a busca permanente do interesse próprio quanto também a busca do bem comum. Fazendo bom uso da razão, é possível distinguir entre o bem e o mal, tanto o individual quanto o coletivo. Trata-se de uma capacidade “inata”. A base de todos os preceitos da lei natural é fazer o

“Nada mais enganador e ilusório do que querer estabelecer uma separação radical entre propostas laicas e propostas, digamos, ‘religiosas’.”

bem e evitar o mal. Sendo uma criatura sujeita a falhas, o ser humano deve exercitar-se para adquirir uma vida virtuosa e cabe ao poder público garantir o bem comum.

Familiarizados com esse conceito de “lei natural”, os teólogos e juristas da Idade Média logo irão falar em “direitos naturais”. O dominicano português Francisco de Vitória (†1536) se torna o “pai do direito internacional” por defender o direito natural à liberdade dos povos indígenas frente ao colonizador. Com base nesse mesmo direito, outro dominicano, Bartolomeu de las Casas (†1566), fala até em guerra “justa” dos índios contra os invasores. Os grandes divulgadores dos direitos naturais no século XVI

serão os muito influentes teólogos e juristas da universidade de Salamanca. Maior ainda será a influência do advogado, teólogo e jurista Hugo de Groot (†1645), apelidado pelo rei da França como o “milagre holandês”. Opondo-se à tentativa de estabelecer

na Holanda uma espécie de teocracia calvinista, Grócio defende que as coisas são boas ou más por sua própria natureza e não apenas por uma ordem divina. Com base em São Tomás, afirma que todas as pessoas que partilham a mesma natureza humana possuirão também os mesmos direitos naturais.

Com o fortalecimento do pensamento laico nos séculos seguintes, passar da defesa dos direitos naturais para a defesa dos direitos humanos foi apenas um passo. Imediatamente após a deflagração da Revolução Francesa (1789), a Assembleia Nacional Constituinte da França proclama os 16 artigos da “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”. Os bispos franceses não gostaram nem um pouco. Saudaram os artigos como “um amontoado de posições estúpidas”. A in-



interpretação da lei natural, na opinião deles, cabia somente à Igreja – de acordo com a já firmemente implantada teologia escolástica – e não às ovelhas desgarradas do único rebanho de Jesus Cristo.

A conquista de direitos humanos ainda não fazia parte do ideário teológico de São Tomás de Aquino, mas ela surgirá como consequência lógica de sua lei natural. Por mais que as novas sociedades “secularizadas” do mundo ocidental propaguem sua neutralidade frente a qualquer influência religiosa, sua apaixonada defesa das liberdades e dos direitos humanos tem clara origem na Revelação e tradição cristãs. Ouve-se nela o eco da voz de Javé que exige a liberdade dos escravos, dos profetas que clamam contra todas as formas de opressão e de Jesus, que vem anunciar aos pobres o ano das graças do Senhor e que toma partido a favor dos cegos, surdos e paralíticos, e até da mulher adúltera, do samaritano e de todos os demais excluídos do Templo e da sociedade de seu tempo.

2. Direitos humanos na ótica da Igreja e na ótica da Ciência

Quando São Tomás de Aquino estabeleceu a razão humana como um mecanismo indispensável para melhor conhecer a vontade de Deus expressa na lei natural, sem querer colocou fogo na palheira. Tivesse tido ciência das consequências, talvez teria preferido manter-se como “boi mudo”, seu apelido nos tempos de faculdade por nunca abrir a boca. Jamais pensou em criar oposi-

ção radical entre fé e razão. Para Tomás, primeiro a fé, depois a razão. De fato, em seu tempo, o clima reinante na Igreja ainda era o de uma quase ditadura eclesiástica. As verdades divinas reveladas estavam sob controle único e rigoroso do magistério eclesiástico, considerado pelos teólogos escolásticos o exclusivo guardião do depósito da fé.

Quando, a partir do século XVI, a modernidade abre uma primeira grande brecha na autoridade eclesiástica, declarando a independência e autonomia das ciências, a Igreja responderá com a Inquisição. Nos séculos posteriores, passada a fase do casamento de conveni-

ência entre a Igreja e os “reis iluminados”, a Igreja terá pela frente como seu maior inimigo o modernismo.¹

Tanto nos países de economia de mercado quanto nos países de economia planejada, os direitos democráticos e os direitos humanos vão sendo conquistados lentamente, com muita frequência, porém, com oposição aberta do magistério da Igreja. São as correntes espiritualistas internas à Igreja, tanto no protestantismo quanto no catolicismo, como também a voz profética sempre presente, que sustentam o anseio popular por um novo céu e a nova terra. É muito lembrado o “catolicismo social” da França, dos tempos de Lamennais (†1854), Lacordaire (†1861), Frederico Ozanam (†1853) e outros, como também o esforço de pensadores humanistas como Jean Jacques Maritain (†1973), abrindo as portas da Igreja para maiores liberdades democráticas e um poder público independente das instituições eclesiásticas. Algo muito parecido, porém, ocorre em quase todos os países do mundo ocidental. Muito lembrada também é a grande renovação teológica, bíblica, litúrgica e

“Para não ficar falando de coisas que na realidade não existem devemos ‘des-ontologizar’ a nossa linguagem”.

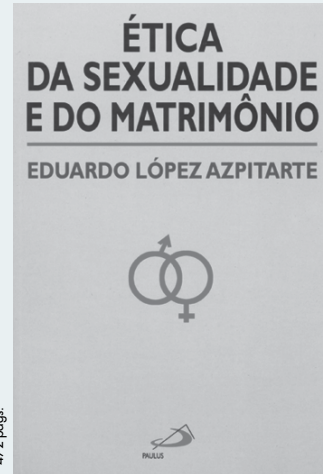
¹ Para maiores informações, ler Vida Pastoral, no 282, 2012, artigo A Pastoral em Novas Perspectivas (IV): Perspectiva política de futuro na cosmovisão ecológica.



ecumênica dos anos pré-conciliares. Apenas no Concílio Vaticano II, porém, a Igreja consagra, oficialmente, a liberdade de consciência (*Dignitatis Humanae*, 2) e a autonomia das realidades terrestres (*Gaudium et Spes*, 36).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos proclamada pela ONU em 1948 teve a pretensão de ser inteiramente laica. Da mesma forma, as “Metas do Milênio” proclamadas em 2000. Nada mais enganador e ilusório, porém, do que querer estabelecer uma separação radical entre propostas laicas e propostas, digamos, “religiosas”. Uma determinada proposta pode ser profundamente religiosa ainda quando proclamada por uma entidade laica ou mesmo ateuista. Da mesma forma, ela pode ser contrária aos valores religiosos, ainda quando proclamada por uma entidade religiosa. O que determina o valor religioso de uma determinada proposta? Existe algum critério objetivo, livre das incertezas de uma opinião meramente pessoal ou subjetiva? Foi exatamente essa a questão que São Tomás de Aquino se colocou quando lançou sua tese da lei natural. Quem nos diz o que é religioso ou não é a própria natureza das coisas. Para Tomás, que, além de muito inteligente, era também um monge dominicano muito místico, já que todas as coisas foram criadas por Deus, sempre que uma criatura age de acordo com sua natureza age de acordo com a vontade de seu Criador, e sua ação é, portanto, moralmente ou eticamente correta. É uma ação “religiosa”. Agir contra a natureza é agir contra a intenção do Criador, e a ação não expressa, portanto, um valor religioso.

Temos aí uma “chave de leitura” fantástica, muito válida ainda hoje. Mas logo surge uma pergunta: a natureza de estrelas, pedras, plantas ou animais, tudo bem, mas quem define o que é “natureza humana”? E quem define, a partir da natureza humana, os direitos (e deveres) humanos? Para São Tomás, a resposta era evidente: em primeiro lugar, Deus,



Ética da sexualidade e do matrimônio

Eduardo López Azpitarte

Traz uma visão extensa e profunda da sexualidade, os critérios para uma ética sexual e alguns temas concretos: mudança de sexo, masturbação, homossexualismo, relações pré-matrimoniais e matrimoniais, regulação dos nascimentos, etc. Também são retratados o celibato, a virgindade e a fidelidade aos compromissos assumidos.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 3789-4119

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





como já observamos, e, em segundo lugar, a razão. Vivendo numa época pré-moderna, era muito natural para Tomás acreditar na Revelação. Deus falou pelas Sagradas Escrituras e pela Igreja fundada por Ele, com poder para interpretar corretamente as Escrituras. A razão vem apenas em apoio à fé. O bom uso da razão nunca se opõe à fé, pois também a razão foi criada por Deus. É de sua natureza estar sempre em busca das coisas de Deus. Ainda assim, Tomás desenvolve uma espécie de “teoria de conhecimento” muito interessante: tudo que chega à razão passa antes pelos “sentidos”. Não é possível conhecer a realidade racionalmente sem antes observá-la. É preciso antes ver, cheirar, ouvir, apalpar. Conhecer, portanto, é interpretar!

Na modernidade, os papéis foram invertidos: em primeiro lugar, a razão e, depois, para quem quiser, a fé. O novo caminho escolhido, e isso hoje ficou mais claro, não foi feliz. Os cientistas “apalparam” a realidade de todas as formas. Ficaram tão entusiasmados com suas descobertas que, na maioria dos casos, Deus ficou inteiramente de lado. A atitude arrogante da Igreja também não ajudou. O clima de hostilidade ficou mais do que evidente quando o primeiro cosmonauta russo, Yuri Gagarin, foi lançado ao espaço em 1961. Ao voltar para a terra, disse que vasculhou todos os cantos do céu e não encontrou Deus em lugar nenhum. Com a ciência veio a tecnologia, cada vez mais avançada. Em grandes áreas, o ser humano, obcecado pela crença na total liberdade da “natureza humana”, se transformou no predador mais voraz do planeta. Agora, na pós-modernidade, feito o balanço, e vendo que a felicidade em muitos lugares andou para trás, o mundo todo se pergunta: o que deu errado? Onde erramos?

Bem, o erro foi não dar a devida atenção à tese fundamental de São Tomás: descobrir a vontade de Deus na própria natureza das coisas. E ter humildade, pois interpretar a realidade não é fácil. É uma tarefa coletiva. Por

falta de humildade, a Igreja sempre atribuiu a si mesma o monopólio da verdade. Agiu como se o Antigo e o Novo Testamentos tivessem caído diretamente do céu. Ou como se fosse possível conhecer Deus sem a realidade da “encarnação”. Jesus não nos mostra Deus, justamente em sua humanidade? Também à ciência faltou humildade. Fez sua própria leitura da realidade, sem Deus, sem o apoio da fé, e deu tudo errado. Pensava gerar uma humanidade feliz, mas gerou uma humanidade frustrada. Os filósofos do nosso tempo falam de uma “modernidade arrependida”, do “paradigma perdido”, de um mundo que desprezou a “alteridade” e ficou “órfão de Deus”. Faltou humildade para reconhecer a imensa sabedoria acumulada nas grandes e pequenas religiões deste mundo. Faltou dialogar com a Igreja, que é, como disse o papa Paulo VI, “perita em humanidade”. São Tomás, como filho do seu tempo, ainda podia pensar que a fé vem antes da razão, mas hoje, após séculos de “interpretação” da realidade, surge um novo e grande consenso: não existe um antes e um depois. Fé e razão são irmãs gêmeas. Nasceram juntas, e uma não vive sem a outra.

Percorridos os atalhos inevitáveis, estamos de volta à nossa estrada principal, a dos direitos humanos. Sua defesa constitui uma das diretrizes mais importantes da ação pastoral. O 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (2009), no eixo orientador III – bordão comum nos documentos –, declara-os “universais, indivisíveis e interdependentes”. Para bem enfocá-los, hoje devemos voltar à intuição fundamental que inspirou a teologia de São Tomás, inspiração que guiou os defensores dos direitos naturais e que também está por trás dos nobres enunciados das instâncias e sociedades laicas: somente a “natureza humana” (para nós, cristãos, criada por Deus) pode nos dizer quais são os “direitos” e os “deveres” humanos. Vejamos isso no concreto da ação pastoral.



3. A Pastoral dos Direitos Humanos hoje

3.1. Direitos humanos são universais “em princípio”

Tendo trabalhado, por muitos anos, numa ONG de Direitos Humanos, na cidade de S. Paulo, no caso o Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo (CDHEP/CL), pudemos sentir de perto duas posturas básicas na população brasileira. Uma parcela menor, basicamente feita de intelectuais ou militantes dos movimentos sociais, defende, com grande ênfase, a “universalidade” dos direitos. Quer dizer, todas as pessoas do mundo, independentemente de qualquer atributo, têm os mesmos direitos (e deveres). Outra parcela da população percebe que as pessoas são muito diferentes umas das outras. Existem as virtuosas e as criminosas. Os direitos, portanto, não podem ser iguais. Chega de “defender bandido”, costumam logo afirmar. O debate mais acalorado na II Conferência Internacional de Direitos Humanos da ONU, realizada em Viena (1993), foi exatamente sobre esse “universalismo” dos direitos humanos.

A modernidade constatou um problema de linguagem. Nossa linguagem foi codificada pelos gregos. Os filósofos gregos tinham uma verdadeira mania: encontrar a “essência” de todas as coisas. Essa vai aparecer, afirmam, quando desnudarmos as coisas de todos os atributos e aparências. O que acontece quando eliminamos do ser humano sua idade, sua cor, seu sexo, e todas as particularidades de seu tempo e seu contexto? Bem, sobra “a humanidade”, ou “a natureza humana”.

Mas qual o problema? O problema é que “a humanidade” ou essa “natureza humana” só existem na nossa cabeça. Na terra mesmo só existem João, Pedro e Dona Maria. Há uma diferença enorme entre o João que veio do Ceará e o John que nasceu em Nova York. Entre Pedro que nasceu branco, em berço esplêndido, e o Pedro nascido num morro carioca. E Dona Maria não pensa da mesma forma se vive na Ásia, na África ou na América do Sul. Os gregos, dizem os entendidos, tinham a mania de “ontologizar” tudo. Ontologizar é uma palavra que indica a tendência de falar sempre da essência das coisas. Para não ficar falando de coisas que na realidade não existem, devemos então “des-ontologizar” a nossa linguagem.

**“Da ‘natureza humana’
– foi essa a inspiração
original de São Tomás
– surgem apenas os
‘princípios orientadores’
que não mudam, mas sua
concretização depende das
circunstâncias.”**

Não adianta, portanto, como bom militante de uma Igreja comprometida, empunhar a bandeira dos direitos humanos da mesma forma em todos os tempos e em todos os lugares. Os direitos humanos são universais “em princípio”, mas sua concretização depende do tempo e do lugar. A consciência e a viabilidade dos direitos humanos

evoluem com o tempo. Alguns afirmam que já estamos na “quarta geração” de direitos. Primeiramente vieram os direitos civis e políticos (direito de ir e vir, liberdade de consciência, liberdades democráticas etc.), depois vieram os direitos sociais e econômicos (direito à saúde, educação, transporte etc.). Pouco depois, surgiram os direitos culturais (de raça, gênero, opção sexual etc.). E hoje estamos em plena conquista dos direitos ambientais (da terra, da água, da biodiversidade etc.). Tudo tem a ver também com as “viabilidades locais”. Da “natureza humana” – foi essa a inspiração original de São Tomás –



surgem apenas os “princípios orientadores” que não mudam, mas sua concretização depende das circunstâncias. Todos(as), em princípio, temos direito à vida digna, a um transporte decente, por exemplo.

3.2. Direitos humanos surgem do conflito ou de parcerias?

Nossas pastorais sociais, nas décadas passadas, se alimentaram fortemente de uma assim denominada “pastoral do conflito”. Falou-se também de uma “espiritualidade do conflito”. Na mesma linha, Dom Pedro

Casaldaliga, poeticamente, chegou a falar de uma “espiritualidade do ódio”. Também o trem das CEBs alimentou-se, por muitos anos, de uma espécie de “mística guerreira”. Pessoalmente, vivenciamos essa espiritualidade por longos anos e, no mar manso do nosso tempo, chegamos a sentir saudade dela. Mas há problemas. A fonte dessa concepção e vivência tem muito a ver com a tradicional filosofia binária, herança da lógica grega, que vê uma contradição irreconciliável em todas as oposições. Preto é preto, branco é branco. Ou é verdade ou é mentira. Patrão é patrão, trabalhador é trabalhador, e assim por diante.

Na ciência tradicional, de fato, as coisas eram assim. Estrelas brilham, planetas não. Não se deve confundir alhos com bugalhos. Mas desde que se estudou “o lado de dentro” da matéria, as relações quânticas no interior dos átomos, e principalmente desde que se estudou em maior profundidade a complexidade dos seres vivos e da mente

“Nossas pastorais sociais, nas décadas passadas, se alimentaram fortemente de uma assim denominada ‘pastoral do conflito’.”

humana, o modo de ver as coisas mudou radicalmente.² Seres vivos estão “conectados” com seu meio ambiente mediante órgãos supersensíveis que captam as mais incríveis – e invisíveis – influências. O cérebro humano é o maior gênio do planeta. Sua carga genética guarda toda a experiência de sua bilio-

nária evolução biológica, e sua memória – inconsciente, mas não inconsequente! – não perde nada. Usa tudo para projetar-se no futuro, para viver, progredir e sobreviver melhor. Descobriu-se agora que a mente humana absorve a verdade por partes. A verdade

é como mãe: sempre cabe mais uma. Minha verdade precisa da sua para se fortalecer. Verdade e mentira não se opõem. Muitas verdades escondem mentiras, e a verdadeira verdade surge à medida que todas as verdades “se sobrepõem”.

Nós, da Igreja, sempre tivemos uma particular relação com a verdade. Nada nos impede de considerarmos nossa riquíssima tradição cristã a melhor de todas. Ainda assim, nada ofende mais profundamente o mundo moderno do que nossa pretensão de monopólio. A Teologia da Libertação nos habituou a ver o mundo dividido entre oprimidos e opressores, entre os certos e os errados. A pastoral do conflito nos preparou para a “jihad”, a guerra santa. Sem dúvida, convém deixar a ingenuidade de lado e perceber com muita clareza as profundas oposições existentes na sociedade, especialmente entre a economia radical de mercado e outras economias de cunho mais solidário. Contudo, Jesus, no momento de seu maior conflito, pediu para pôr a espada na bainha. Quem puxa pela espada, morre pela espada (Mt 26,52). A “luta” pelos direitos humanos é uma área conflituosa, mas é pela constru-

² Um esboço aprofundado dessa nova “cosmovisão” pode ser encontrado em Vida Pastoral, no 278, 2010, artigo A Pastoral em Novas Perspectivas (I): Introdução ao tema.



ção de boas parcerias que colheremos os melhores resultados.

3.3. A “lei natural” ainda vale como fundamento?

Quando o eminente filósofo Friedrich Nietzsche (†1900) anunciou a “morte de Deus” e, muito depois, para a surpresa geral, alguns teólogos seguiram seu caminho, na verdade estava-se anunciando o fim da possibilidade de uma comunicação direta entre o mundo sobrenatural – a “metafísica” / o “transcendente” – e o mundo natural. Contudo, Deus sempre falou e continua falando conosco através de “sinais” muito concretos no nosso caminho, na nossa história. Aí voltamos ao desafio acima já mencionado: se Deus se comunica conosco apenas indiretamente, através da realidade criada e a ser interpretada, como fundamentar nossa preocupação com os direitos humanos? Se não existe um fundamento inquestionável e absoluto, não fica tudo muito relativo e o papa não tem razão em falar de uma “ditadura do relativismo”? De fato, concordam os teólogos, hoje não existe mais a tranquila segurança do passado, mas existe um fundamento seguro, sim. Basta recuperar para o nosso tempo uma antiga sabedoria: a da “lei natural”.

É preciso desfazer a antiga teoria de São Tomás de sua roupagem temporal (espiritualista, hierarquizadora etc.) e captar a mensagem permanente: para saber qual o direito (e o dever) do ser humano, basta olhar com atenção para o que o ser humano é, para a sua “natureza”. A pastoral dos direitos humanos não se fundamenta em primeiro lugar numa concepção teológica, mas, antes de tudo, numa concepção “antropológica”. O chamado “mundo ocidental cristão” sempre levou bem alto a bandeira dos direitos humanos, mas, ainda poucos anos atrás, um líder indígena devolveu ao papa a Bíblia, pois foi o mundo cristão que exterminou povos inteiros afirmando que “índio não

A felicidade ao alcance de todos nos livros da Paulus



Reencantar a vida

Luiz Alexandre Solano Rossi

O livro atesta que é possível reagir contra a mesmice do cotidiano e se encantar novamente pela vida, voltando a sentir o sabor de viver. A obra pode ser encarada como um mapa, que conduz os leitores a recuperarem o encanto perdido.



A arte de viver e ser feliz

Luiz Alexandre Solano Rossi

Na sociedade atual, somos vocacionados para viver a felicidade. Mas somente poderemos ser felizes se fizermos os outros e o nosso mundo mais feliz.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000

0800-164011

SAC: (11) 3789-4119

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





tem alma”. Defender os direitos humanos apenas com “ideias religiosas”, supostamente “não relativas”, às vezes faz rir (ou chorar). Na década de 1970, trabalhávamos na cidade histórica de Iguape-SP. Em um velho casarão doado à Igreja, encontramos um baú cheio de documentos carcomidos. Numa carta do século XVIII, o bispo do Rio de Janeiro, responsável pela igreja, autoriza a Irmandade do Senhor Bom Jesus a vender “tanto o escravo como também sua filha”, com o seguinte acréscimo: “desde que por um bom preço”. E, muito recentemente, ao ser transferido de uma paróquia a outra, o novo padre, recém-ordenado, na primeira missa que celebrou, exatamente no Dia Internacional da Mulher, avisou solenemente ao povo: “de hoje em diante, nenhuma mulher mais pode ficar aqui neste altar, porque altar é lugar de padre”.

Não são relativas as ideias tidas como seguras? O que não é relativo no ser humano é o seu corpo. A natureza leva milhões de anos para mínimas mudanças. Ele é sempre igual, em qualquer tempo e em qualquer lugar. Precisa de água, comida e carinho em qualquer lugar do planeta. Se não tem, chora. Se é bem tratado, ri. Seu cérebro lhe permite adaptar-se ao meio ambiente de mil formas, individual e coletivamente. E, diante dos inevitáveis fracassos e contingências de sua condição humana, a natureza – lembre-se: para São Tomás e para nós, crentes, é Deus – lhe deu, sem distinção, uma força extraordinária: uma espiritualidade, uma religião, alguma forma de “igreja”. Está sempre presente também a força propulsora do sexo – de diversas modalidades, sabemos hoje –, do aconchego e da vida familiar.

É desse corpo humano, universal, que brotam os direitos humanos universais. Basta observar sua “natureza”, diz Tomás. Existem

os “universais antropológicos”, diria o eminente antropólogo francês Edgar Morin. Se assim Deus o fez, assim há de ser. Essa é sua “lei natural”. Com base na arrogância de suas “ideias”, o mundo ocidental proclamou como universal o direito a liberdades que, na verdade, eram leviandades (com a coletividade e com a Terra). O teólogo asiático, diretor da Revista *Concilium*, Felix Wilfred, em *Concilium* 322/07, nos lembra de que o pensador francês Alexis de Tocqueville (†1859) já em 1835 constatou que as liberdades democráticas francesas resultaram apenas em terror por não levar em conta “o fundamento religioso da igualdade humana”. Na histórica Conferência de Bandung (1955), 29 países asiáticos e africanos (não alinhados) acusaram o mundo ocidental de ter mantido um altivo discurso de direitos humanos em meio a uma prática de agressiva colonização. Ainda hoje, a “mente” humana põe sua fé no “mercado livre”. O “corpo” humano não. Este só acreditará no dia em que oferecer emprego e pão para todos(as).

Uma boa teologia – e uma boa pastoral – não existe sem uma boa antropologia. Como defende Edgar Morin, não a tradicional “antropologia cultural” que separou a mente do corpo, privilegiando a mente, mas a “antropologia natural”, ou “ecológica”, que vê o ser humano como corpo pensante, em comunhão com a natureza da qual surgiu. A pastoral da Igreja, particularmente com relação às questões ligadas à bioética e ao impulso sexual, ainda reluta em passar da postura doutrinal para posturas mais respeitosas dessa antropologia humana. São Tomás, o boi mudo das aulas de Santo Alberto Magno (†1280), ainda tem muito a nos ensinar sobre um Deus onipresente na natureza humana, a qual, da mesma forma como os céus e o firmamento, “é obra de suas mãos” (Sl 19,2). ●

Também na internet:
www.vidapastoral.com.br

Pe. Johan Konings, nascido na Bélgica, reside há muitos anos no Brasil, onde leciona desde 1972. É doutor em Teologia e licenciado em Filosofia e em Filologia Bíblica pela Universidade Católica de Lovaina. Atualmente é professor de Exegese Bíblica na Faje, em Belo Horizonte. Entre outras obras, publicou: *Descobrir a Bíblia a partir da liturgia*; *A Palavra se fez livro*; *Liturgia dominical: mistério de Cristo e formação dos fiéis – anos A - B - C*; *Ser cristão*; *Evangelho segundo João: amor e fidelidade*; *A Bíblia nas suas origens e hoje*.
E-mail: konings@faculdadejesuita.edu.br.



Pe. Johan Konings, sj

14º domingo do Tempo Comum

7 de julho

Anunciando o Reino de Deus e a paz

I. Introdução geral

A liturgia do 14º domingo do Tempo Comum apresenta a missão dos seguidores de Jesus. O evangelho (Lc 10,1-12.17-20 ou 10,1-9) traz a missão dos setenta e dois discípulos, portanto, um grupo mais amplo que os Doze, cuja missão está descrita em Marcos 6,7-13 (e nos textos paralelos Mt 10,1.7-14; Lc 9,1-6).

O número dos setenta e dois orienta a atenção para um conceito amplo da missão. Como a missão deles é anunciar a chegada do Reino de Deus e a paz, a 1ª leitura sugere uma



associação ao belo anúncio da paz para Jerusalém, em Isaías 66,10-14c. A 2ª leitura, embora relativamente independente, harmoniza-se com o tema das outras duas, anunciando “a paz e a misericórdia para o Israel de Deus” (Gl 6,16). Assim, o tema principal para este domingo se define facilmente: paz. Mas exige bastante explicação.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (Is 66,10-14c)

Por volta de 520-515 a.C., os judeus, ao voltarem do exílio babilônico, deviam restaurar o Templo e – o que era mais difícil – o povo. Por isso, o “Terceiro Isaías” dirige, ao povo humilhado e desnorteado, palavras de consolo e esperança (66,7-14). Não os homens, mas Deus mesmo criará o novo futuro, cheio de paz e de alegria, e do qual participarão todos os povos: Jerusalém será o centro dos sacrifícios das nações, que trarão suas riquezas.

Todos somos chamados a ser portadores dessa paz – assim como Jerusalém, renovada pela graça de Deus, depois do exílio, devia ser exuberante fonte de alegria, aliviando a sede das nações (= os povos estrangeiros) com a paz que vem de Deus (Is 66,11-12). No Novo Testamento, esse universalismo se realiza pela despojada missão em nome de Jesus, conforme nos descreve o evangelho.

2. II leitura (Gl 6,14-18)

A 2ª leitura apresenta o final da Carta aos Gálatas, final escrito por Paulo, na prisão, pessoalmente e de próprio punho (Gl 6,11). É o resumo de seu “evangelho”: não importa ser judeu ou gentio (= não judeu),

pois desde a morte e ressurreição de Cristo vale a “nova criação”, marcada pela fé, que atua na caridade (Gl 5,6). A antiga criatura foi crucificada com Cristo, na cruz (6,14). Nos versículos 16-18, lemos que, para quem é nova criatura, surgem como o sol a paz e a misericórdia de Deus. Com uma reminiscência das “Dezoito Preces”, que o judeu piedoso reza diariamente, Paulo anuncia bênção, paz e misericórdia sobre todo o “Israel de Deus” (o povo universal dos que são chamados por Deus, o contrário do “Israel segundo a carne”, cf. 1Cor 10,18).

3. Evangelho (Lc 10,1-12.17-20)

A paz de que falam as duas primeiras leituras é o tema principal do evangelho, que apresenta a missão do grupo amplo de discípulos. “Em qualquer casa em que entrardes, dizei: Paz a esta casa... Curai os enfermos...” (Lc 10,5.9). E também: “Dizei ao povo: O Reino de Deus está próximo!” (10,9).

Essa missão não é só a dos doze apóstolos, mas dos setenta e dois discípulos que, conforme Lucas (10,1-17), foram mandados por Jesus depois da missão dos Doze (9,1-6). Os Doze representam a missão a Israel (as doze tribos). Os setenta e dois lembram os setenta e dois povos do Gênesis 10 e os setenta e dois profetas-anciãos de Números 11,24-30, que, segundo a interpretação rabínica, representam os porta-vozes da Torá (Lei) para o mundo inteiro.

Lucas escreve para a terceira geração de seguidores de Jesus. Depois do primeiro anúncio do Evangelho de Cristo aos conterrâneos na terra de Israel (simbolizado pelos Doze), outros (simbolizados pelos setenta e dois) o levaram para o mundo inteiro. Esse tema é caro a Lucas, evangelista do mundo universal, trilhando os passos do apóstolo Paulo. A mensa-



gem é enviada a todos, e todos os que creem no Cristo podem ser mensageiros (a encíclica *Evangeli Nuntiandi* de Paulo VI ensina que todos os evangelizados devem ser evangelizadores).

E qual é o conteúdo da mensagem? O Reino de Deus. Este se caracteriza pela “paz”, no sentido abrangente que esse termo tem na Bíblia: a harmonia total entre Deus e os homens, bem como entre os homens mutuamente. Todos somos chamados a ser portadores dessa paz, assim como Jerusalém, segundo a descrição na 1ª leitura.

Essa missão é urgente: não há que perder tempo com equipamento que mais atrapalha do que ajuda (grande problema dos missionários modernos...), nem passar horas com amplas saudações orientais (as “indispensáveis” visitinhas do padre às boas cozinhas de sua paróquia...). Porque a mensagem da paz é salvadora, e muitos a esperam. Muitos aguardam uma esperança que possa levantar sua vida desanimada e desnordeada.

Vida desnordeada, porque há quem não está interessado na paz de Deus, e sim no engano, nas falsas promessas de bem-estar, na competição e, finalmente, no mútuo extermínio. A publicidade não apresenta, abertamente, o sobrepular os outros como fonte de felicidade, oferecida pelos mais diversos produtos da produção industrial? Diante disso, a mensagem da paz de Deus não é nada “pacífica” (cf. Lc 12,51).

Quanto às casas e cidades que “não forem dignas” da paz messiânica, os enviados devem sacudir até o pó que lhes grudou aos pés, em testemunho contra elas. Mas saibam, mesmo assim: “O Reino de Deus está próximo” (10,6.10-11). Para anunciar a paz, o evangelizador deve enfrentar o conflito; sabem isso muito bem os que participam das comissões de “Justiça e Paz” e iniciativas semelhantes.

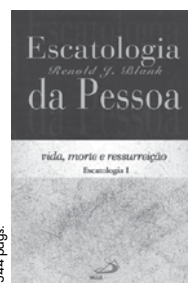


392 págs.

Escatologia do Mundo Projeto cósmico de Deus

Renold J. Blank

Baseando suas reflexões teológicas nos mais modernos modelos filosóficos e científicos, o autor desenvolve uma visão atual e contemporânea da dinâmica de um processo evolutivo e cósmico, cuja finalidade última é um universo que se torna transparente para Deus.



344 págs.

Escatologia da Pessoa Vida, morte e ressurreição

Renold J. Blank

Baseando as suas reflexões teológicas nos mais modernos modelos filosóficos e científicos, o autor desenvolve uma visão atual e contemporânea das experiências do homem na morte e além dela.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 3789-4119

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



Imagens meramente ilustrativas.

Imagens meramente ilustrativas.



A missão do cristão não é, antes de tudo, propagar alguma pia obra e nem mesmo a própria instituição da Igreja. É evangelizar, anunciar uma boa-nova, o verdadeiro alívio do homem que sinceramente busca o sentido último de sua vida, Deus. Quem anuncia isso não deve complicar sua missão com coisinhas. Ele mesmo seja a “paz” em pessoa, não no sentido de comodismo, mas de benfeitoria doação. Por isso, só pode ser evangelizador a “nova criatura” de que Paulo fala no emocionante final da Carta aos Gálatas (2ª leitura).

O anúncio do cristão é igual ao de Jesus mesmo: “O Reino de Deus está próximo” (Lc 10,9; cf. Mc 1,15 = Mt 1,17). Entendamos bem: o “Reino” não é alguma instituição poderosa, mas o reinado de Deus, o exercício de sua vontade, como rezamos no pai-nosso: “Venha o teu Reino, seja feita a tua vontade”.

III. PISTAS PARA A REFLEXÃO

Anunciar a paz e o Reino: Quando eu era coroinha e acompanhava o padre que, de batina e estola, passava pelas ruas para levar a comunhão aos enfermos, ao entrar nas casas que o esperavam, ele dizia, em latim: “*Pax huic domui*”, “Paz a esta casa!”. Poucos gestos cristãos aproximam-se mais do que esse da missão que Jesus confiou a seus discípulos.

Os judeus, voltando do cativeiro babilônico, receberam, pela boca do profeta, a missão de levar ao mundo inteiro a paz – a harmonia com Deus e com os homens. É essa também a missão que Jesus, no Evangelho, confia aos setenta e dois discípulos. Os setenta e dois representam a assembleia guiada pelo espírito de Deus. Eles têm de sair pelos caminhos e pregar ao povo a chegada do Reino de Deus, anunciando:

“Paz a esta casa”, a esta família. E o sinal dessa paz são os fatos extraordinários que os acompanham: curas, expulsões de demônios... Hoje: reconciliação, ânimo...

O termo “paz”, na Bíblia, pode também ser traduzido como “felicidade”. Não é apenas o silêncio das armas, mas, sobretudo, a harmonia com Deus e com todos os seus filhos: o bem-estar conforme o plano de Deus. É a síntese de todo o bem que se pode esperar de Deus; por isso, vai de par com o anúncio de seu reino, a realização de sua vontade, de seu desejo. Essa paz não cai como um pacote do céu, nem se faz em um só dia. É uma realidade histórica. É fruto (obra) da justiça (Hb 12,11; Tg 3,18; cf. Is 32,17). A paz cresce em meio às vicissitudes da história humana, em meio às contradições. Mas a fé, que fixa os olhos na paz que vem de Deus, orienta-nos em meio a todos os desvios. Anunciar a paz ao mundo, apesar de todos os desvios, é como as correções de rota que um avião continuamente tem de executar para não se desviar definitivamente. Jesus manda seus discípulos com a mensagem da paz, para que o mundo se anime a continuar procurando o caminho do Reino.

No concreto, anunciar a paz de Cristo acontece não só por palavras, mas por atos. Não basta falar da paz, é preciso mostrar em que ela consiste, realizando atos exemplares. É preciso, também, construí-la aos poucos, pacientemente, pedra por pedra, implantando passo a passo novas estruturas, que eliminem as que são contrárias à paz. Muitas pessoas entendem paz como “deixar tudo em paz”. Mas a paz não é tão pacífica assim! Por isso, Jesus manda anunciar a paz como algo que vem juntamente com o Reino de Deus. Devemos, aos poucos, transformar o mundo, para que esse anúncio não permaneça palavra vazia.



15º DOMINGO DO TEMPO COMUM

14 de julho

O mandamento que conduz à vida eterna

I. Introdução geral

A liturgia deste domingo nos confronta com o ensinamento de Jesus sobre o amor fraterno, supremo mandamento da vida cristã. Trata-se do ponto fulcral da prática cristã. As leituras apresentam dois aspectos principais: o que é amar e a quem se dirige nosso amor? As duas perguntas fundem-se numa só compreensão: quem ama descobre logo a quem amar. Como lema, que pode ser repetido na homilia e nos comentários, sugerimos: “Torne-se próximo de seu irmão necessitado”, ou a sabedoria popular: “A melhor maneira de ter amigos é ser amigo”.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. I leitura (Dt 30,10-14)

A primeira leitura funciona como verdadeira abertura solene para a liturgia da Palavra. O livro mais imponente da Torá, o Deuteronômio, ensina-nos que o mandamento de Deus não está fora de nosso alcance. Deus fez de Israel seu povo, não por este ser importante, mas por amor e fidelidade à sua promessa (Dt 7,7-8). O amor de Deus por Israel não tem explicação, mas tem consequências: Israel deve amar a

Deus com todas as suas forças (Dt 6,4-5). Deve escutar sua voz e não se afastar de suas orientações; e, quando se afasta, deve “voltar”, converter-se (30,10). E, se o povo diz que a Lei é difícil, Deus responde que não: não é coisa de outro mundo. Está perto, ao alcance de quem o ama (30,11-14; cf. Jr 31,33; Br 3,15-29; Rm 10,6-8).

Hoje importa redescobrir que lei e mandamentos não são coisas do passado, inimigas da liberdade moderna. O termo que traduzimos por lei (torah) deveria, na realidade, ser traduzido como ensinamento, instrução. É uma sabedoria (cf. Sl 19 e Sl 119!). Ora, um bom conselho vale mais do que ouro. Para os teólogos que redigiram o livro do Deuteronômio (no século VIII-VI a.C.), a Lei de Moisés era inigualável tesouro de sabedoria, um rumo seguro para a vida, em todas as circunstâncias. Para tê-la sempre diante dos olhos, deviam colocá-la numa faixa amarrada na testa (Dt 6,8; cf. Ex 13,9 etc.). Os “deuteronomistas” enfrentavam um tempo de afrouxamento em Israel, mais ou menos como nós, hoje. A quem achava difíceis as orientações de Deus, respondiam: “Não é verdade. A Lei não é coisa do outro mundo, ninguém a precisa procurar no céu ou no inferno, ela está perto de ti”. Dificilmente poderia estar mais perto do que naquela faixa na testa. Mas não é só por meio dessa faixa que ela pode estar perto. Ela é uma palavra viva, lembrada continuamente pelos próprios profetas, que viviam no meio do povo. E em Cristo ela se torna mais próxima do que nunca.

2. Evangelho (Lc 10,25-37)

No evangelho ouvimos o ensinamento do grande mandamento do amor e a parábola do bom samaritano. O trecho faz parte de um conjunto do Evangelho de Lucas (Lc 10,26-11,13) que apresenta



três exigências fundamentais do ser cristão: 1) o “grande mandamento” do amor a Deus e ao próximo (10,25-37); 2) o “único necessário” (10,38-42); 3) a “oração por excelência” (11,1-13). O “grande mandamento” responde à pergunta pelo caminho da vida eterna: amar a Deus e o próximo. Defrontamo-nos com um especialista da Lei que procurava, em meio à multidão de prescrições, saber o que devia fazer para “herdar a vida eterna”, a vida da era vindoura, do Reino que Deus estabeleceria no mundo para sempre (pois era assim que se concebia a vida eterna) (Lc 10,25-28; cf. Mt 22,35-40; Mc 12,28-31). Jesus o remete à Lei ensinada por Moisés. Pergunta o que aí se encontra. O escriba responde: amar a Deus acima de tudo (cf. Dt 6,5) e o próximo como a si mesmo (cf. Lv 19,18). “É isso mesmo que deves fazer”, responde Jesus. Novamente: não é coisa de outro mundo!

Depois, porém, o escriba pergunta quem é seu próximo. A resposta de Jesus revoluciona suas categorias: o próximo não é um arbitrário “objeto de caridade”; é todo homem, desde que eu me torne próximo dele. Todos nós estamos de acordo em que devemos amar nosso próximo. Mas quem é ele? Minha velha tia rica, prestes a ceder sua herança, ou meu empregado, com cuja família nada tenho que ver? Visto que argumentar não adianta, Jesus conta uma história. Um homem cai nas mãos de ladrões. Passa um sacerdote, mas não tem tempo para parar, pois deve celebrar um sacrifício. Passa um especialista das leis de pureza (um levita): este tem medo de sujar as mãos com o sangue do homem que ficou semimorto na beira da estrada. Passa, depois, um inimigo, um samaritano, talvez um comerciante concorrente do homem que foi assaltado. E esse samaritano, inimigo dos judeus, cuida do homem à sua própria custa. Nesse

ponto da narrativa, Jesus pergunta não quem é o próximo a quem se devem fazer obras caritativas, mas quem é o próximo do homem que foi assaltado. A inversão da pergunta é significativa, porque o especialista da Lei é obrigado a responder que um vil samaritano é o próximo de um judeu assaltado. Para todos nós, isso significa: eu sou próximo de quem encontro no meu caminho, sou chamado a ser solidário com ele, a me tornar próximo dele.

Ao analisar o texto, aparecem detalhes mais significativos ainda. O samaritano “comiserou-se”, “aproximou-se”: uma linguagem que poderia ser aplicada ao próprio Deus. Deus comiserou-se do ser humano, tornou-se próximo dele e salvou-o à sua própria custa: custou a vida de seu Filho. O próximo, “aquele que se comiserou do homem” (Lc 10,37), é Deus mesmo. “Vai e então faz a mesma coisa”, e já não precisarás perguntar quem é teu próximo. E terás a vida eterna, porque desde já estarás vivendo a vida de Deus mesmo.

Gostamos de escolher nossos próximos. Está errado. Somos próximos de quem encontramos. Deus nos colocou perto deles para os tratarmos com o mesmo amor gratuito que ele nos dedica.

3. II leitura (Cl 1,15-20)

A segunda leitura apresenta o belo hino cristológico da carta aos Colossenses. Essa carta dá uma resposta à introdução de doutrinas falsas na comunidade. Alguns ensinam que, além de Cristo, devemos venerar outros seres transcendentais, “espíritos” etc. É difícil ser livre! Por isso, Paulo realça o lugar central exclusivo de Cristo. Ele nos redimiu, dando a sua vida até a morte. Só compreenderemos bem isso quando formos conscientes de que Cristo é também o criador, com o Pai. Ele assume nossa vida e nosso mundo não por



fora, mas por dentro. No íntimo do ser homem, ele vive a plenitude de ser Deus. Quando todos chegarem a essa plenitude, a criação estará completa.

Esse hino é uma das obras-primas do Novo Testamento. A ideia principal é a unidade da ordem da criação e da redenção, em Cristo. Ele é a cabeça da redenção, assumindo a todos na sua glória, porque é também a cabeça da criação. O hino expressa isso em termos que lembram fortemente o prólogo de João (Jo 1,1-18) e os textos que falam da Sabedoria como hipótese unida a Deus desde antes da criação do mundo (Pr 8,22-36; Eclo 24; Sb 7). O hino combina a figura da Sabedoria que preside à criação, identificada a Cristo, com aquela outra imagem paulina de Cristo, cabeça da Igreja, que é seu corpo. No pensamento bíblico, todo o corpo participa da realidade de seu princípio vital (no caso, a cabeça). No sacrifício e na glória de Cristo, assume-se todo o universo na reconciliação com Deus. A “plenitude” (termo helenístico-gnóstico, indicando o “uno”, ou seja, o ser perfeito) mora nele: a plenitude de Deus, englobando todos os seus filhos.

Esse texto pode ser interpretado como elo entre as duas outras leituras, neste sentido: o amor a Deus e a seu ensinamento (primeira leitura) encontra sua plenitude na fé que se concentra em Cristo e sua palavra, proclamada no evangelho. (Um texto que melhor combinaria com o tema da primeira leitura e do evangelho seria, por exemplo, Tg 1,21-25, sobre ouvir e praticar a palavra.)

III. Pistas Para Reflexão

Amor ao próximo e solidariedade: Os profetas de Israel teceram os mais sublimes elogios à Lei, ou melhor, ao ensinamento



Ensino religioso

Educação centrada na vida - Subsídio para a formação de professores

Valmor da Silva

Aqui são retratados os paradigmas que dominaram o Ensino Religioso até nossos dias, as implicações deste Ensino nas relações de gênero e na ecologia, as tendências pedagógicas, dentre outros.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000

0800-164011

SAC: (11) 3789-4119

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





(*torah*) de Deus. Era um caminho de vida. Mesmo assim, havia quem achasse a Lei complicada e procurasse um resumo ou pelo menos um mandamento-chave que, por assim dizer, a resumisse. Essa questão foi apresentada também a Jesus, e ele deu, sem hesitar, a resposta. Menciona o mandamento que todo judeu recita diariamente na oração do “Shemá Israel” (Dt 6,4-5) – “Amar a Deus com todas as forças” – e acrescenta: “e ao próximo como a si mesmo” (como está em Lv 19,18.35). Esses dois mandamentos são inseparáveis, pois o amor ao próximo é o dever número um de quem ama a Deus. Paulo (Gl 5,13) e Tiago (Tg 2,8) resumem toda a moral cristã nesse único mandamento. João nos diz ser impossível amar a Deus sem amar o irmão (1Jo 4,21). Não se pode amar o Pai sem amar os filhos. Mas o que é amar? E quem são nossos próximos?

Os judeus consideravam como “próximos”, isto é, como candidatos à sua solidariedade, os membros da comunidade judaica e os estrangeiros residentes que viviam em seu meio (e cooperavam com eles): a esses era preciso “amá-los como a si mesmo” (Lv 19,18.35). No caso dos inimigos, sobretudo dos samaritanos, a esses não se devia amar, pelo contrário (cf. Mt 5,43). Ora, exatamente um samaritano se torna solidário com um judeu jogado à beira da estrada, depois que dois ilustres “próximos” judeus, um sacerdote e um levita, deram uma volta para não se incomodarem com o compatriota assaltado...

Jesus não respondeu diretamente à pergunta do mestre da Lei: “Quem é o meu próximo?”. Ele respondeu por meio de uma parábola, porque a questão não é descobrir, teoricamente, quem é e quem não é próximo. A parábola insere o ouvinte numa nova situação prática, existencial. Coração generoso se torna próximo de qualquer um que precisa; a melhor maneira de ter ami-

gos é ser amigo; a melhor maneira de encontrar o próximo é tornar-se próximo, aproximar-se. A questão não é teórica, mas prática. Ora, nós, na prática, esquecemos a parábola de Jesus e fazemos como o sacerdote e o levita: afastamo-nos do necessitado – mesmo se pertence à nossa comunidade! – e não “nos aproximamos” dele. Tornar-se próximo é ser solidário. Será que somos solidários com os que vivem na margem da estrada de nossa sociedade? Mesmo quando damos uma esmola a um coitado, não é para nos desviarmos dele?

“Vai e faz a mesma coisa”, diz Jesus. Imitar o samaritano exige solidariedade, assumir a vida do outro, não livrar-se dele. Torná-lo um irmão, pois esse é o sentido verdadeiro da palavra “próximo”.

Como fica essa solidariedade nesse tempo em que a doutrina da competição, do lucro e do proveito ilimitado solapou o tecido social, as relações de gratuidade entre as pessoas?

16º DOMINGO DO TEMPO COMUM

21 de julho

O único necessário

I. Introdução geral

Neste domingo, a liturgia nos propõe dois exemplos de hospitalidade, o de Abraão e o de Marta. A história de Abraão dirige nosso olhar para o mistério escondido na hospitalidade. A história de Marta e Maria nos ensina que, antes de se dobrar em gestos de hospitalidade, importa saber acolher. A verdadeira hospitalidade não consiste em preparar muitas coisas, mas em acolher o dom que é a pes-



soa. Receber as pessoas com atenção, dar-lhes audiência, pode ser uma ocasião para receber a única coisa verdadeiramente necessária, a palavra de Deus: sua promessa (no caso de Abraão), seu ensinamento (no caso de Maria).

O lema que se repete durante a celebração pode ser: “Em primeiro lugar, escute o Senhor”.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. I leitura (Gn 18,1-10a)

A primeira leitura nos mostra como a hospitalidade de Abraão é recompensada pela promessa de Deus. Sob a aparência de três viajantes, Deus apresenta-se, incógnito, a Abraão, que demonstra toda aquela hospitalidade tão apreciada no Oriente. Aos poucos, o foco da narrativa se desloca da hospitalidade de Abraão para a promessa de Deus. Abraão não perguntou pela identidade de seus hóspedes. Agiu por bondade gratuita. Com a mesma gratuidade, Deus lhe concede o que era estimado impossível: um filho de sua mulher Sara, já idosa.

A leitura mostra que, quando se está oferecendo hospitalidade, na realidade se está recebendo a generosidade de Deus. A hospitalidade que Abraão, generosa e gratuitamente, oferece a três homens, perto do carvalho de Mambré, transforma-se em receber. Ele recebe a coisa que mais deseja: um filho de sua mulher legítima, Sara. Talvez por isso se diz que a hospitalidade é “receber” uma pessoa: o hóspede é um dom para nós...

Deus passa por nossa vida, junto de nossa casa, e importa fazê-lo entrar (Gn 18,3), para que a nossa vida não fique va-

zia. Deus pode chegar como um viajante, um necessitado, e nossa gratuita bondade deve estar pronta para o “receber” no momento imprevisto.

2. Evangelho (Lc 10,38-42)

O evangelho, com o episódio de Jesus na casa de Marta e Maria, focaliza “o único necessário”.

Quem acolhe um hóspede parece estar oferecendo algo – a hospitalidade –, mas pode ser que, na realidade, esteja recebendo mais do que oferece, como foi o caso de Abraão na primeira leitura. Lida nessa ótica, a história de Marta e Maria se torna reveladora. Hospedar e cuidar é bom; mais fundamental, porém, é “receber” o dom que é o hóspede, com tudo o que tem de mais importante. E o mais importante, no caso, é a palavra de Jesus. Ele não veio para se fazer servir como um freguês num hotel; veio para servir (Mt 20,28), e serve por meio de sua palavra, de sua vida inteira. Ele é inteiramente palavra, palavra de Deus, no seu dizer, no seu fazer, no seu sofrer. Acolher essa palavra é o único necessário.

Quem se esgota em “fazer coisas” para o outro, sem realmente o “receber”, pode ser chamado de ativista. O ativismo é um mal de nosso tempo, mas não data deste século. É doença que espreita a humanidade desde sempre. Jesus aproveita as intensas ocupações da “dona Marta”, sua anfitriã, para falar desse assunto. Marta dá muita importância aos próprios afazeres e pouca àquilo que recebe de Jesus. Ela deseja que Maria, imersa na escuta das palavras do Mestre, interrompa sua escuta e a ajude a preparar a comida. Mas por que preparar comida se não se sabe para quê? Se alguém não se abre para receber a mensagem, para que acolher o mensageiro? Um bom anfitrião procura servir o melhor



possível, mas, se não escuta o que o visitante tem para dizer, fará uma montão de coisas, mas a finalidade real da visita não se realizará. “Marta, Marta, tu te ocupas com muitas coisas; uma só, porém, é realmente necessária...” Jesus não diz o que é essa coisa necessária, mas a história nos faz entender que é o que Maria estava fazendo: escutar Jesus. Maria escolheu a parte certa. Mais fundamental do que a casa bem arrumada e a mesa bem provida com que Marta se preocupa é acolher Jesus, com suas palavras, no coração. Então a mesa bem preparada servirá para sua verdadeira finalidade.

O ativismo, mesmo a serviço dos outros, corre o perigo de ser um serviço a si mesmo: autoafirmação à custa de quem é o “objeto” de nossa caridade. A superação do ativismo consiste em ver o mistério de Deus nas pessoas, assim como Maria o enxergou em Jesus, o porta-voz de Deus, o *portador* das “palavras de vida eterna” (cf. Jo 6,68).

O hóspede vem a nós com uma recomendação de Deus, e por isso lhe dedicamos atenção. Nossa preocupação não deve ser os nossos próprios afazeres, mas a interpelação que o rosto do outro nos dirige. Então não lhe imporemos uma hospitalidade que nós inventamos em proveito de nossa autoafirmação, mas abriremos o coração àquilo que ele diz e é. É isso que Jesus lembra a Marta.

A verdadeira contemplação não é uma fuga a pensamentos aéreos, mas aquele realismo superior que nos leva a ver Deus no homem e o homem em Deus. Essa contemplação é também o fundamento da verdadeira práxis da fé, que consiste, precisamente, em tratar o homem como filho e representante de Deus. Para isso, o centro de nossa preocupação não deve ser nossa atividade, mas a pessoa humana que nos é dada e que nós “recebemos” como um dom da parte de Deus.

3. II leitura (Cl 1,24-28)

A segunda leitura nos fala da manifestação do mistério de Cristo na missão do apóstolo. Servir a Cristo é participar de seu sofrimento. No sofrimento próprio, Paulo vê confirmada sua comunhão com Cristo, e isso é para ele uma alegria. Ele quer revelar o “mistério de Deus” – que é Cristo – por sua vida. Cristo é a “esperança da glória”. “Cristo no meio de nós” (1,27) não é um belo pensamento, mas força que nos impele ao encontro dos irmãos. Cristo é, em nós, a esperança, a impaciência do Dia que há de manifestar, plenamente, o que ele é e o que nós seremos nele.

Deus vem ao ser humano. Paulo sabe dessa união de Deus e Cristo com o ser humano, que lhes pertence. O apóstolo considera o seu sofrimento como a complementação, no próprio corpo, do sofrimento de Cristo. Não que faltasse algo ao sofrimento de Cristo por parte deste – faltava algo por parte de Paulo; o sofrimento de Cristo precisava ser completado pela *participação* de Paulo. Isso, aliás, vale para todos nós. Só nos apropriamos, por assim dizer, da paixão de Cristo por nossa “com-paixão”.

Paulo anuncia a palavra de Deus em sua plenitude: o mistério escondido desde a eternidade, a realidade só conhecida por quem dela participa, a esperança da glória, “Cristo em vós”. Na comunidade dos fiéis, da qual Paulo se tornou apóstolo, está presente aquele que assume todo o sentido de nossa vida e da criação toda (Cl 1,15-20, cf. domingo passado). Para que fossem levados à perfeição os que receberam sua pregação, Paulo oferece sua vida.

(Querendo usar um texto mais afinado com o tema do evangelho e da primeira leitura, veja-se 1Pd 4,9-11: “Sede hospitaleiros.”)

III. Pistas para reflexão

O importante e o necessário: grande mal em nossa sociedade, e também na Igreja



ja, é o ativismo, a falta de disposição para aprofundar o essencial, sob o pretexto de tarefas urgentes.

Na primeira leitura vimos a virtude da hospitalidade, na figura de Abraão. Deus, que nos anjos se tornou seu hóspede, recompensa-o com a promessa de um filho. Será que o evangelho não contradiz essa lição? Jesus dá a impressão de valorizar mais a presença passiva de Maria, que fica a escutá-lo, do que a preocupação de Marta em bem recebê-lo. Ou será que o jeito certo de recebê-lo é o de Maria: escutar sua palavra?

Jesus observa a Marta que ela anda ocupada e preocupada com muitas coisas, enquanto uma só é necessária. Essa observação não é uma crítica à hospitalidade, mas indica uma escala de valores: a melhor parte é a que Maria escolheu! O que esta faz é fundamental e indispensável: escutar. O resto (as correrias pastorais, as reuniões) é importante, mas *deve ter fundamento no escutar*. Jesus censura Marta não porque ela cuida da cozinha, mas porque quer tirar Maria do escutar para fazê-la entrar no ritmo das suas próprias ocupações. Marta não conhecia a escala de valores de Jesus.

Paulo, na segunda leitura, pode ser um exemplo. Ele passou pela “passividade” do sofrimento, assumindo no próprio corpo a sua participação no sofrimento de Cristo. Dessa identificação profunda com Cristo ele tirou a força para seu surpreendente apostolado.

Gente ocupada é o que menos falta. Mas sabemos muito bem que toda essa ocupação não gira, necessariamente, em torno do fundamental. Dá até pena ver certas pessoas complicar a vida com mil coisas das quais dizem que vão simplificá-la. Por outro lado, encontramos também, especialmente entre os pobres “de coração” (não aqueles com mania de rico), pessoas que levam uma vida simples, porém com muito mais conteúdo e, sobretudo, com um coração sensível e solidário.



Tratado sobre a Santíssima Trindade

Volume 22

Santo Hilário de Poitiers

O autor retrata a época em que a afirmação da verdade era vital para uma Igreja que via sua fé questionada tanto pelo arianismo como pelo ressurgimento das tendências sabelianas, pela gnose, sempre presente, e pelos vários movimentos que se opunham à ortodoxia.



Da incompreensibilidade de Deus/Da providência de Deus/Cartas a Olímpia

Volume 23

São João Crisóstomo

Os sermões falam principalmente sobre problemas da época. Sua preocupação constante foi a prática da justiça em todos os níveis da vida cristã, até pela purificação constante das práticas comuns da vida monástica, motivando a publicação de tratados, sermões e cartas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 3789-4119

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



Imagens meramente ilustrativas.

Imagens meramente ilustrativas.



Importa acolher (a Deus, a Jesus, os outros) em primeiro lugar no coração. Só então as demais atuações terão sentido. Isso vale na vida pessoal e também na vida comunitária. Comunidades que giram exclusivamente em torno de preocupações e reivindicações materiais acabam esvaziando-se, caem em brigas geradas pelo personalismo e pela ambição. Mas comunidades que primeiro acolhem com carinho a palavra de Jesus num coração disposto saberão desenvolver os projetos certos para pôr essa palavra em prática.

“Buscai primeiro o Reino de Deus...”

17º DOMINGO DO TEMPO COMUM

28 de julho

A oração do discípulo

I. Introdução geral

Pessoas muito racionalistas não raro experimentam dificuldade com a *oração de súplica*. Aham bom rezar para adorar ou agradecer, pois reconhecem que a vida é um dom e existe um ser transcendente e perfeito chamado Deus. Mas pedir que esse ser se ocupe com o dia a dia de suas criaturas lhes parece metafisicamente ingênuo e praticamente pouco atraente, pois torna Deus muito familiar. Preferem não depender dele em seus negócios. Ora, aquele que sustenta todo o ser também não sustenta nosso dia a dia? Ou será que as poucas leis físicas, psicológicas, econômicas e sociológicas que conhecemos são realmente tão abrangentes, que já não sobra espaço para Deus? (Em vez de pensar que essas leis são uma parte do sustento que ele nos fornece em cada momento.)

Seja como for, Jesus nos ensinou a pedir e suplicar, e até com insistência. Cita o exemplo de alguém que, em plena noite, vai acordar o vizinho e bate à sua porta até que ele se levante para ver-se livre do incômodo (evangelho). Isso lembra a “pechincha de Abraão”, que, ao rezar por Sodoma e Gomorra (primeira leitura), se atreve a lembrar a Deus: “Não podes perder os justos com os injustos, é uma questão de honra!”. E Deus atende. A frase do salmo responsorial: “Cada vez que te invoquei, me deste ouvido”, pode ser repetida como lema durante os vários momentos da celebração.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. I leitura (Gn 18,20-32)

A primeira leitura narra a oração de Abraão por Sodoma e Gomorra. O pecado de Sodoma e Gomorra, sobretudo o abuso contra a hospitalidade e contra o respeito sexual (cf. o episódio a seguir, Gn 19,1-11), clama ao céu. Diante da ameaça de Deus, Abraão pede-lhe que não a execute, pois não deve condenar a cidade por causa dos muitos injustos, mas poupá-la por causa de poucos justos. É uma questão de honra para Deus, diz Abraão. Essa história contracena com o Novo Testamento. O Juiz do mundo (Gn 18,25) é também o amigo, o Pai (Lc 11,8, evangelho). Para salvar Sodoma e Gomorra, cinco justos (mas nem estes se encontraram) teriam sido suficientes para Deus; na nova “economia da salvação”, a vida de um único justo, o Filho de Deus, salva a todos.

2. Evangelho (Lc 11,1-13)

O evangelho nos propõe a oração do



cristão. Os discípulos encontram Jesus em oração. O fato e o modo de Jesus rezar provocam o pedido: “Ensina-nos a rezar”. Então, Jesus ensina-lhes o pai-nosso, protótipo da oração cristã (11,1-4). A versão de Lucas é mais breve que a de Mateus (Mt 6,9-13). Mateus tem sete pedidos, Lucas cinco, mas em ambos está central o pedido do pão de cada dia. Antes de pedir o pão de cada dia, ora-se pela glorificação de Deus e pela vinda de seu Reino; depois, pelo perdão do pecado e pela proteção na tentação. Quem pode rezar assim, com sinceridade, é discípulo de Jesus.

Depois da instrução do pai-nosso, Lucas acrescenta dois ensinamentos de Jesus sobre a oração de pedido: a parábola do “vizinho chato” (11,5-8) e as palavras sobre o dom do Pai (11,9-13).

A parábola do “vizinho chato” é provocante. Alguém acorda seu vizinho em plena noite para lhe pedir comida, porque chegou um hóspede imprevisto e a despensa está vazia. O que bate à porta certamente está bem-intencionado, pois, no Oriente, a hospitalidade é um dever muito importante. Mas o vizinho vê nisso um problema, porque deverá levantar-se e passar por cima de mulher e filhos, que estão dormindo, deitados no único quarto da casa simples. Mas o outro continua insistindo e, finalmente, o vizinho, para se ver livre dele, concede-lhe o pedido.

A oração de Abraão como também a do vizinho (e a da viúva insistente, Lc 18,3) nos ensinam uma coisa importante: pedem coisas com que Deus se possa comprometer. Pedem a Deus o que, no fundo, Deus mesmo deseja. Esse (além de nossa insistência) é o segredo da oração eficaz. Saber pedir como convém (cf. Tg 4,3). Deus é nosso Pai. Ele deseja comunicar suas dádivas, especialmente seu Espírito, força e ânimo de nosso existir (Lc 11,9-13).

Por isso, no pai-nosso, Jesus ensina



928 págs.

Comentário às cartas de São Paulo 1 Volume 27/1

São João Crisóstomo

Com as homilias de São João Crisóstomo (347-407) sobre as duas Cartas de São Paulo a Timóteo e a Carta a Tito, sobre a Carta aos Filipenses e a Carta aos Colossenses, sobre as duas Cartas aos Tessalonicenses e as Cartas a Filemon e aos Hebreus, conclui-se a obra, em três volumes, dedicada aos Comentários do grande doutor oriental ao Corpus Paulinum, isto é, às epístolas paulinas arroladas no cânon católico.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 3789-4119

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





seus discípulos, e a todos nós, a rezar primeiro para que o nome de Deus seja santificado (isto é, para que Deus encontre reconhecimento no mundo) e seu Reino venha (Lc 6,2; Mt 6,10 explicita: “Tua vontade seja feita”). Dentro desse quadro de referências, podemos e devemos rezar por nosso pão de cada dia, pelo perdão (pois somos eternos devedores) e para ficarmos incólumes na tentação. Devemos rezar por isso, com insistência, não tanto porque Deus não soubesse de que precisamos, mas para nos abirmos ao que ele nos quer dar. Pedindo, a gente se convence mais a si mesmo do que a Deus! Pedir é cultivar nossa fé, nossa confiança filial, é deixar “crescer Deus”, como nosso Pai, em nossa consciência e em toda a nossa vida. É voltar a sermos crianças – condição para entrar no Reino (cf. Lc 18,17). É por isso que os intelectuais tão dificilmente pedem.

Com essas considerações, não queremos justificar a oração que reduz Deus a um “quebra-galho” ou “tapa-buraco”, às vezes até para causas não condizentes com seu Reino (por exemplo, para ter sucesso nos negócios ainda que outras pessoas fiquem prejudicadas). Queremos é revalorizar a oração de petição, porque nela minha confiança filial em Deus me leva a extravasar, diante dele, aquilo que habita meu coração: minha própria miséria, além das necessidades de meu irmão, o próximo a quem quero bem e vejo em dificuldades. Assim como Abraão fez pelos habitantes de Sodoma. Isso não é absurdo. O mundo não é feito somente com as leis (físicas, psicológicas e sociológicas) que conhecemos ou estão em nossos manuais de escola, mas também com o mistério da vida. Por isso, não há dúvida de que a preocupação amorosa que extravasamos diante de Deus será operante, pela graça daquele mesmo que sustenta toda a vida.

3. II leitura (Cl 2,12-14)

O pensamento da segunda leitura pode ser sintetizado nesta frase: nossas dívidas são saldadas por Cristo. O “sacramento” do Antigo Testamento era a circuncisão: constituía, para Israel, sinal de pertença a Deus, a ponto de Jesus lhe ter se submetido, como se subordinou a toda a Lei (cf. Gl 4,4-5). Mas Jesus assumiu também toda a condição humana e a sepultou consigo em sua morte, para criar o Homem Novo na ressurreição. O que acontece a Cristo acontece a nós: no batismo somos corressuscitados com Cristo. Corressuscitados com ele (cf. Rm 6,4), somos agora livres, livres de “culpa no cartório” (cf. Rm 8,34).

“Ninguém salva ninguém”, dizem os “realistas”. Será mesmo? Ninguém é salvo se não quer, mas em Cristo existe uma comunhão entre todos os que buscam a fonte da vida, Deus. Essa comunhão de vida, ensina a segunda leitura, faz que Cristo nos redima. Desde que participemos da vida que ele viveu (o que é expresso pelo batismo, imersão na sua morte, para que ressuscitemos com ele para uma vida nova), podemos dizer que a santidade de Cristo salda nossas dívidas e sua morte por amor supre nossa falta de amor (com a condição de nos arrependermos). Como nós mesmos perdoamos a outrem a pedido de uma pessoa amiga (pai, mãe, irmão...), assim nossa comunhão (amizade) com Cristo vale para nos restabelecer na amizade de Deus. E também nossa oração de intervenção junto a Deus será eficaz.

(Um texto das cartas que melhor combina com as duas outras leituras seria 1Jo 5,14-16, sobre a confiança no pedir.)

III. Pistas para reflexão

Orar e pedir: Certos cristãos, julgan-



do-se esclarecidos, acham as orações de nosso povo muito egoístas, porque são quase sempre orações de pedido. Ora, as leituras de hoje sublinham a importância da petição. Abraão, com seus incansáveis pedidos, quase salvou as cidades de Sodoma e Gomorra – que, infelizmente, eram ruins demais. Jesus, por seu lado, ensina aos discípulos o pai-nosso, essencialmente uma oração de petição: pede a princípio que Deus reine, e, uma vez que rezamos em harmonia com o desejo de Deus, podemos pedir o que precisamos para nossa vida. Na parábola do homem que incomoda seu vizinho, Jesus parece ensinar-nos a vencer Deus pelo cansaço! No fundo, Deus gosta de dar-nos suas dádivas boas, especialmente seu Espírito, pois mesmo nós – que somos ruins – gostamos de dar coisas boas aos filhos.

A oração de petição não é uma forma de oração inferior, mais egoísta do que a meditação, a louvação, o agradecimento, a adoração... Na verdade, agradecer é a outra face do pedir. Quem agradece, gostou. Por que não pedir então? É reconhecer a bondade do doador! Como aquele frei que, depois de lauto almoço na casa de uma benfeitora, testemunhou sua gratidão com estas palavras: “Senhora, não sei como agradecer... Será que poderia repetir aquela gostosa sobremesa?”.

Conforme o espírito do pai-nosso, devemos pedir, antes de tudo, a realização daquilo que Deus deseja: seu Reino, sua vontade. Ora, uma vez assentada essa base, pode-se pedir – com toda a simplicidade – o pão de cada dia, saúde, vida e todos os demais dons que Deus nos prepara. Também o perdão de nossas faltas. Só não se deve pedir a Deus o que ele não pode desejar: a satisfação de nosso egoísmo. E sempre se deve lembrar que Deus sabe melhor do que nós o que nos convém. Podemos insistir naquilo que achamos sinceramente



Jesus em nova perspectiva

O que os estudos sobre o Jesus histórico deixaram para trás

James D. G. Dunn

Dunn examina a fundo a tradição de Jesus em sua forma original como tradição oral. O impacto da fé, a natureza da comunicação oral e um foco sobre o Jesus 'característico' destacam-se em um contexto em que a fé é por vezes desvalorizada.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000

0800-164011

SAC: (11) 3789-4119

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





nosso bem... Mas Deus sabe melhor.

É importante pedirmos. Compromete! Depois de ter pedido, a gente já não pode dizer: “Não pedi!”. Comprometemo-nos com Deus e com o que pedimos. Não é como no supermercado, onde você entra, olha e sai sem comprar. É, antes, como no armazém da esquina, onde você pede o que deseja e, caso houver, você compra. Assim, as preces dos fiéis, na celebração da comunidade, devem ter sentido de compromisso: devemos desejar que elas se realizem, e ao mesmo tempo nos oferecer a Deus para colaborar na realização daquilo que pedimos. *Pedir é comprometer-se*. Se pedimos a Deus saúde, não é para gozar egoisticamente a vida, mas para servir melhor. Se pedimos paz, não é para sermos deixados em paz, mas para nos dedicar à comunhão fraterna. Se pedimos por nossos irmãos e nossas irmãs mais pobres, é porque queremos ajudá-los efetivamente. Importa saber como pedimos (cf. Tg 4,3).

18º DOMINGO DO TEMPO COMUM

4 de agosto

Ser rico para Deus

I. Introdução Geral

A liturgia de hoje ensina sobre a vaidade da riqueza. Para que tanto trabalhar, se nada podemos levar e devemos deixar o fruto de nosso trabalho para outros (primeira leitura)? Os pais arrecadam, os filhos aproveitam, os netos põem a perder... No evangelho, Jesus ilustra essa realidade com a parábola do homem que chegou a assegurar sua vida material, mas na mesma noite iria morrer...

Neste presente domingo, o acento cai no desapego dos “tesouros” terrenos. Nos

próximos domingos, veremos que isso é apenas um lado da mensagem. O verdadeiro tesouro é o que depositamos junto a Deus por meio da solidariedade que praticamos para com os seus filhos, especialmente os pobres. Como lema para a liturgia da Palavra e a homilia, pode-se pensar numa frase como “ser rico para Deus”, “onde está teu tesouro, aí estará teu coração” ou “a riqueza passa, Deus não passa nunca”.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. I leitura (Ecl 1,2; 2,21-23)

“Para que riqueza e saber?”, eis a pergunta do Eclesiastes (Coélet), de autoria de um filósofo judeu versado também no pensamento do mundo grego, lá por volta do ano 300 a.C., quando a Palestina estava sendo absorvida pelo império de Alexandre Magno, que espalhou a cultura grega por todo o Médio Oriente.

A literatura do Antigo Testamento geralmente demonstra apreço e gratidão pela vida. Prova disso é a primeira página da Bíblia, o hino da criação (Gn 1). O Eclesiastes, porém, parece demonstrar certo ceticismo. Ataca o leitor com perguntas inoportunas: Que é o homem? Por que existe? Aonde vai? Para que servem a riqueza e o saber, dificilmente alcançados e tão facilmente perdidos na hora da morte? É como um vento que passa, “vaidade”. Que sobra? Essas perguntas nos preparam para valorizar o “tesouro junto a Deus” de que fala o evangelho.

Quando os negócios vão bem, é difícil aceitar o questionamento do Eclesiastes. Ele insiste no vazio das riquezas deste mundo, não só as riquezas financeiras, mas também o poder e o saber. O judaísmo



apreciava bastante a riqueza, vendo nela uma recompensa de Deus (a assim chamada “teologia da retribuição”). Porém, uma obra mais ou menos contemporânea do Eclesiastes, o livro de Jó, põe em xeque a ideia de que a riqueza e a honra sejam recompensas por uma vida justa: Jó era um justo e recebeu o contrário da riqueza e do poder. Com base nisso, o livro de Jó nos abre ao mistério de Deus, que nos transcende (Jo 38,1-42,6). Eclesiastes, por sua vez, expõe lucidamente a precariedade das riquezas financeiras e culturais. Mas não conhece a visão de Jó, nem propõe alternativa ao tradicional pensamento judaico, nem vê outra riqueza que mereça nosso empenho. Por isso, apregoa uma fruição prudente e um comportamento sem problemas e sem perspectiva maior.

2. Evangelho (Lc 12,13-21)

Em contraste com o desejo de se realizar na riqueza e no bem-estar materiais, Jesus, no evangelho, ensina-nos a nos tornar ricos aos olhos de Deus. Lc 12,13-34 traz sentenças de Jesus sobre pobreza e riqueza. A vida não depende do poder aquisitivo (12,15). A palavra de Jesus é boa-nova, antes de tudo, para quem não depende da riqueza material: o pobre (cf. Mt 5,3; Lc 6,20). Onde está o tesouro de alguém, aí está o seu coração (Lc 12,34). Herança, sucesso, safra... não livram o homem do perigo maior, o de endurecer-se, de romper a comunhão com os irmãos e com Deus. Quem liga para esses “tesouros” é um bobo (12,20). Assim é quem adora a sociedade do consumo. Embora talvez frequente a Igreja, no fundo não se importa com Deus (cf. Sl 14[13],1). Possuído por suas posses (cf. Tg 4,13-15), o homem já não percebe o que Deus lhe quer mostrar. O contrário disso, porém, a doação, a co-



José LISBOA MOREIRA DE OLIVEIRA

VIVER EM COMUNIDADE PARA A MISSÃO

Um chamado à Vida Religiosa Consagrada

118 págs.

Viver em comunidade para a missão

Um chamado à Vida
Religiosa Consagrada

José Lisboa Moreira de Oliveira

O livro analisa a vida fraterna em comunidade, evidenciando os riscos do comunitarismo, do sentido e do significado de uma comunidade para a missão e a vocação apostólica das comunidades de vida consagrada.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 3789-4119

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



Imagens meramente ilustrativas.



munhão e tudo que daí procede nos garantem um tesouro junto a Deus.

Basta uma boa crise financeira para a gente se lembrar da precariedade dos tesouros deste mundo, mas nem todos aprendem a lição... A cena que o evangelho conta é bem típica: uma briga de irmãos por causa da herança. Querem que Jesus resolvesse a questão (como os cristãos de família tradicional que chamam o padre para resolver problemas familiares). Jesus, porém, não mostra interesse por isso, sua missão é outra. Que adiantaria, para o Reino de Deus, impor a esses dois irmãos uma solução que, provavelmente, não os reconciliaria? Para Jesus interessa que a pessoa se converta aos valores do Reino. Por isso, ele narra a parábola do rico insensato, o qual, depois de uma boa safra, achou que poderia descansar para o resto da vida e viver do que recolhera. (Coitado! Na mesma noite Deus viria reclamar sua vida...) Não que Jesus critique o desejo de viver decentemente; antes denuncia a mania de depositar a esperança nas riquezas desta vida, perdendo a oportunidade de reunir tesouros (= o que se deposita para guardar) junto a Deus.

As riquezas não são um mal em si, mas desviam nossa atenção da verdadeira riqueza, a amizade de Deus, a qual alcançamos pela dedicação a seus filhos (nesse sentido, convém completar a parábola de hoje por aquela do rico avaro e Lázaro, Lc 16,19-31).

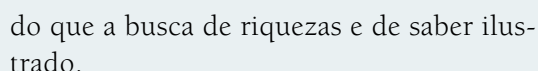
3. II leitura (Cl 3,1-5.9-11)

Em continuidade com a segunda leitura de domingo passado, Paulo nos expõe hoje a vida nova em Cristo. A vida nova do cristão é morrer e corressuscitar com Cristo. A comunhão com ele não é só para a vida futura; já somos nova criação em Cristo, embora ela esteja ainda escondida em

Deus, como o próprio Cristo. Mas essa vida nova já age, e sua configuração já está definida. Para isso, o velho homem deve morrer, não por uma mortificação que diminui a dignidade humana, mas pela vida nova na comunhão. Isso é o que nos garante um tesouro junto a Deus.

O evangelho nos ensina a rever os critérios de nossa vida. Precisamos acreditar que nossa existência é diferente daquilo que o materialismo nos propõe. A segunda leitura nos fornece uma base sólida para tal fé. Corressuscitados com Cristo, devemos procurar as coisas do alto: o que é de valor definitivo, junto a Deus. E isso não está muito longe de nós. Nossa verdadeira vida é Cristo, que está “escondido” junto a Deus, na glória que se há de manifestar no dia sem fim. Se essa é nossa vida verdadeira, embora escondida, ela determina nosso agir *desde já*. Em vez de buscar interesses próprios (Cl 3,5.7 faz o elenco destes), devemos buscar o que é de Deus (3,12-17, continuação da presente leitura). Nossa vida já é dirigida por critérios diferentes, embora sua figura definitiva ainda não seja visível. Por isso, o cristão é incompreensível para o mundo. Ele mesmo, porém, deve compreender e sondar a precariedade dos “tesouros” deste mundo. Por ser assim “diferente”, ele será rejeitado; portanto, precisa de uma fé sólida na autêntica vida – a de Cristo ressuscitado e de todos os verdadeiros batizados, sem distinção (Cl 3,11).

Será que isso significa desprezo pelo mundo? Não. Nem teríamos o direito de desprezar o que Deus criou. É apenas uma questão de realismo: importa saber onde está a vida verdadeira, o sentido último de nosso existir, e relativizar o resto em função dessa vida verdadeira. Esta é a do Filho de Deus. Nós a partilhamos se nos dedicamos à vontade do Pai em tudo. E essa vontade é o amor para com nossos irmãos. O amor nos engaja muito mais neste mundo



Riqueza insensata: Quem é materialista (“materialista prático”, ainda que tenha teorias altamente espirituais), no fundo, só quer conhecer os prazeres do mundo. Para ele, o ensinamento de Jesus é indigesto. Nem por isso esse ensinamento deixa de ser verdadeiro. Não levamos nada daqui. As riquezas materiais não têm valor duradouro nem podem ser o fim último ao qual o ser humano se dedica.

Talvez o consumismo de hoje tenha isto de bom: lembra-nos essa precariedade. O produto que compramos hoje já sairá de moda amanhã, e depois de amanhã já nem haverá peças de reposição para consertá-lo! Nossa nova TV estará fora de moda antes de terminarmos de pagar as prestações... Por outro lado, esse consumismo é grosseira injustiça, pois gastamos em uma só geração os recursos das gerações futuras. Se as coisas valem tão pouco, melhor seria não as comprar e voltar a uma vida mais simples e desprendida. Poderia até sobreviver, como consequência, uma recessão econômica, mas também haveria menos necessidade de dinheiro para ser gasto...

A caça à riqueza material é um beco sem saída. A razão por que se insiste em produzir sempre mais é que os donos do mundo lucram com a produção, sobretudo das coisas supérfluas que enchem as prateleiras das lojas. Para vendê-las, criam e excitam nas pessoas a necessidade de possuí-las, mediante a publicidade na rua, no jornal, na televisão. Quando então as pessoas não conseguem adquirir todas essas coisas, ficam irrequietas; quando conseguem, ficam enjoadas; e nos dois casos surge mais uma necessidade: a psicoterapia...



O reinado que acontece no amor
solidário aos pobres

Por meio de reflexões, os autores nos põem a pensar sobre o critério que, no inconsciente coletivo do cristianismo de libertação, tem servido para julgar as práticas pastorais, sociais e políticas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 3789-4119

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





A “sabedoria do lucro” é injusta e assassina. Leva as pessoas a desconsiderar os fracos. Um presidente deste nosso país chegou a dizer que “quem não pode competir não deve consumir”... O sistema do lucro e do desejo sempre mais acirrado precisa manter as desigualdades, pois parte do pressuposto de que todos querem superar a todos. Tal sistema é “intrinsecamente pecaminoso”, disseram os papas Paulo VI e João Paulo II.

Ser rico não para si, mas para Deus. Não amontoar riquezas que, na hora do juízo, serão as testemunhas de nossa avareza, injustiça e exploração (cf. Tg 5,1-6), mas riquezas que constituam a alegria de Deus!

Não adianta muito discutir se a produção tem de ser capitalista ou socialista, enquanto não se tem claro que o ser humano não existe para a produção, e sim a produção para o ser humano. O qual, se for sábio, tentará precisar dela o menos possível. Usá-la-á para fazer amigos que o “recebam nas moradas eternas” (Lc 16,9).

19º DOMINGO DO TEMPO COMUM

11 de agosto

A vigilância escatológica

I. Introdução geral

A vigilância é uma atitude bíblica. A liturgia de hoje nos lembra a noite em que Deus libertou seu povo da escravidão do Egito – quando o anjo exterminador visitou as casas dos egípcios, enquanto os israelitas, de pé e cadoado na mão, celebravam o Senhor pela refeição pascal. Estavam prontos para seguir seu único Senhor, que os conduziria através do mar Vermelho até o

deserto (primeira leitura). Segundo o evangelho, a vigilância é também a atitude do cristão que espera a volta de “seu senhor”, o qual, encontrando seus servos a vigiar, os fará sentar à mesa e os servirá. Pois já fez uma vez assim, na ceia que precedeu o dom de sua vida (cf. Lc 22,27). Jesus é o Senhor servo.

Convém, portanto, abrir os olhos para a realidade que está ainda escondida por trás do horizonte, mas é decisiva para a nossa vida. Sintetizando o espírito da liturgia de hoje, poderíamos dizer: o mundo nos é confiado não como uma propriedade, mas como um serviço a um “Senhor” que está “escondido em Deus”, porém, na hora decisiva, se revelará ser nosso amigo e servo de tanto que nos ama, a nós e os que confiou à nossa solicitude vigilante. “Minha vida não é propriedade a que me apegar, mas dom a serviço de todos” poderia ser um lema adequado para esta celebração.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. I leitura (Sb 18,6-9)

Segundo Ex 12,42, Deus passou a noite em vigília para libertar Israel e por isso Israel lhe dedica a vigília pascal. Na primeira leitura de hoje, ouvimos a meditação do livro da Sabedoria sobre essa memória do povo. Sb 10,19 descreve a atuação da divina Sabedoria na história de Israel. Na “noite” (Sb 18,6) do êxodo, Deus castigou o Egito, fazendo morrer seus primogênitos; foi o juízo de Deus, para salvar Israel (Sb 18,14-19; cf. Ex 12,12.29). O texto lembra que os “pais” (os antigos israelitas) preparavam-se para essa noite (Ex 11,4-6), a noite da vigilância (Ex 12,42), celebrando



Javé no escondido (Sb 18,9). Tal vigilância e fidelidade são tarefa para todas as gerações, até a libertação final.

2. Evangelho (Lc 12,32-48)

O evangelho “atualiza” a lembrança da vigília de Israel no tema da vigilância escatológica. A comunidade cristã era uma minoria vulnerável, um “pequeno rebanho” (12,32). Porém, a ela pertence o Reino, a comunhão com Deus. Nisso entram diversas considerações. Lembrando o ensino de Jesus sobre a riqueza (Lc 12,33-34; cf. domingo passado), o evangelho ensina que o discípulo deve estar livre, procurando só o que está guardado ou depositado (a tradução diz “tesouro”) junto a Deus. Os versos seguintes, Lc 12,35-48, ensinam então a vigilância (cf. primeira leitura): perceber o momento! Os servos devem estar prontos para a volta do seu Senhor, pois essa volta será o juízo tanto sobre os que estiverem atentos quanto sobre os despreocupados. E essa vigilância consiste na fidelidade no serviço confiado a cada um (cf. Mt 24,43-51; 25,1-13; Mc 13,35).

Lucas nos faz ver nossa vida em sua dimensão verdadeira. Vivendo no ambiente mercantilista do Império Romano, o evangelista vê constantemente o mal causado pelas falsas ilusões de riqueza e bem-estar, além do escândalo da fome (cf. 16,19-31). Se escrevesse hoje, não precisaria mudar muito. Ensina-nos a vigilância no meio das vãs ilusões.

A leitura continua com outras sentenças e parábolas referentes à parusia. Elas explicam, de maneira prática, o que a vigilância implica. Com a imagem do administrador sensato e fiel (12,42), Lucas ensina a cuidar do bem de todos os que estão em casa. Pela pergunta introdutória de Simão Pedro (12,41), parece que isso se dirige sobretudo aos líderes da comunidade. A vigi-



Ovelha ou protagonista?

A Igreja e a nova autonomia do laicato no século 21

Renold J. Blank

No livro, o autor sugere que há uma vitalidade mantida por um Espírito que se manifesta como Espírito transformador de Deus. Renold defende que a Igreja é capaz de mudar e possui uma grande alternativa para o futuro deste mundo, como tantas vezes foi no passado.

Imagem meramente ilustrativa.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 3789-4119

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





lância não significa ficar de braços cruzados, esperando a parusia acontecer, mas assumir o bem da comunidade (cf. 1Ts 5). Lucas fala também da responsabilidade de cada um (12,47-48). Quem conhecia a vontade do Senhor e, contudo, não se preparou será castigado severamente, e o que não conhecia essa vontade se salva pela ignorância; a quem muito se deu, muito lhe será pedido; a quem pouco se deu, pouco lhe será pedido.

O importante dessa mensagem é que cada um, ao assumir no dia a dia as tarefas e, sobretudo, as pessoas que Deus lhe confiou, está preparando sua eterna e feliz presença junto a Cristo, que é, conforme Lc 13,37 e 22,27, “o Senhor que serve” (o único que serve de verdade). Cristo ama efusivamente a gente que ele confia à nossa responsabilidade. Não podemos decepcionar a esperança em nós depositada.

A visão da vigilância *como responsabilidade* mostra bem que a religião do Evangelho não é ópio do povo, como Marx a chamou. A fé, vista na perspectiva do evangelho de hoje, implica até a conscientização política, quando, solícito pelo bem dos irmãos, se descobre que bem administrar a casa não é passar de vez em quando uma cera ou um verniz nos móveis, mas também, e sobretudo, mexer com as estruturas tomadas pelos cupins...

Tal vigilância escatológica não é uma atitude fácil. Exige que a gente enxergue mais longe que o nariz. É bem mais fácil viver despreocupado, aproveitar o momento... Pois, afinal, “quem sabe quando o patrão vai voltar?” (cf. Lc 12,45).

3. II leitura (Hb 11,1-2.8-19)

Para sustentar a atitude de ativa vigilância e solicitude pela causa do Senhor, precisamos de muita fé. Nesse sentido, a segunda leitura vem sustentar a mensagem

do evangelho. Traz a bela apologia da fé de Hb 11: *A fé é a esperança daquilo que não se vê*. A fé é como que possuir antecipadamente aquilo que se espera; é uma intuição daquilo que não se vê (11,1).

Hb 11-12 é dedicado ao tema da fé. A fé olha para o futuro, como Abraão, como os israelitas no tempo do êxodo, como o discípulo que espera a vinda do Senhor; é esperança. Não deixa a pessoa instalar-se no presente. Este mundo não é o termo do caminho do ser humano. Deus preparou-lhe uma pátria melhor. O cristão é um estrangeiro neste mundo. Decerto leva este mundo a sério, mas isso se exprime exatamente no fato de ficar livre diante dele (o que não exclui o compromisso com os filhos de Deus neste mundo!).

Quando concebida como esperança vigilante, percebe-se o teor escatológico da fé. Ela não é, em primeira instância, a adesão da razão a verdades inacessíveis, mas o engajamento da existência no que não é visível nem palpável, porém tão real que pode absorver o mais profundo do meu ser. Hebreus cita toda uma lista de exemplos dessa fé, pessoas que se empenharam por aquilo que não se enxergava. O caso mais marcante é a obediência de Abraão e sua fé na promessa de Deus (11,8-19; cf. Gn 15,6). O texto continua: muitos deram a vida por essa fé, que fez Israel peregrinar qual estrangeiro neste mundo (11,35b-38). Mas o grande exemplo fica reservado para o próximo domingo: Jesus mesmo.

Se se procura uma leitura mais afinada com a primeira e o evangelho, pode-se considerar Ef 6,13-18, sobre “a armadura da fé”.

III. Pistas para reflexão

Viver para aquilo que é definitivo: O fim para o qual vivemos reflete-se em cada uma de nossas ações. A cada momento



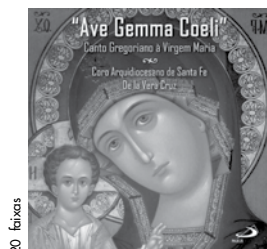
pode chegar o fim de nossa vida. Que esse fim seja aquilo que vigilantes esperamos, como os hebreus vigiaram na noite da libertação, preparados para sair da escravidão; então não será uma noite de morte e condenação, como foi para o empregado malandro surpreendido pela volta inesperada de seu patrão.

Preparemo-nos para o definitivo de nossa vida, aquilo que permanece, mesmo depois da morte. Essa é uma mensagem difícil para o nosso tempo de imediatismo. Muitos nem querem pensar no que vem depois; contudo, a perspectiva do fim é inevitável. Já outros veem o sentido da vida na construção de um mundo novo, ainda que não seja para si mesmos, mas para seus filhos ou para as gerações futuras. Assim como os antigos judeus depositavam sua esperança de sobrevivência nos filhos, essas pessoas a depositam na sociedade do futuro. É nobre. Mas será suficiente?

Jesus abre uma perspectiva mais abrangente: um “tesouro” no céu, uma vida guardada junto a Deus. Até lá não chega a desintegração a que diariamente assistimos. Mas será que olhar para o céu não desvia nosso olhar da terra? Não leva à negação da realidade histórica, desta terra, da nova sociedade que construímos? Ou será, pelo contrário, uma valorização de tudo isso? Com efeito, mostrando como são provisórias a vida e a história, Jesus nos ensina a usá-las bem, para produzir o que ultrapassa a vida e a história: o amor, que nos torna semelhantes a Deus. Esse é o tesouro do céu, mas ele precisa ser granjeado aqui na terra.

Tal visão cristã acompanha os que se empenham pela construção de um mundo novo, solidário e igualitário, a fim de suplantarmos a atual sociedade, baseada no lucro individual. Contudo, não basta simplesmente manter-se nesse nível material, por mais que ele dê realismo ao empenho do

Música que eleva o espírito



CD – Ave Gemma Coeli Canto Gregoriano à Virgem Maria

*Coro Arquidiocesano de Santa Fe
De La Vera Cruz*

O material inclui 20 faixas dedicadas à Virgem Maria, todas de altíssima qualidade vocal e sonora. O diferencial deste CD é que as letras dos cantos vêm escritas em latim seguidas pela tradução, frase por frase, em português.



CD – Cantando louvor a Maria As mais belas canções marianas

Banda Mirabilis

A emoção está de volta! A PAULUS apresenta as mais belas músicas marianas no CD Cantando louvor a Maria. Este CD resgata a memória da nossa tradição mariana, tão presente em nossas comunidades e nas músicas que afirmam a nossa devoção.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 3789-4119

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



Imagens meramente ilustrativas.

Imagens meramente ilustrativas.



amor e da justiça. A visão cristã acredita que a solidariedade exercida aqui e agora, na história, é confirmada para além dela. Ultrapassa nosso alcance humano. É a causa de Deus mesmo, confirmada por quem nos chamou à vida e nos faz existir. À utopia histórica, a visão cristã acrescenta a fé, “prova de realidades que não se veem”. A fé, baseada na realidade definitiva que se revelou na ressurreição de Cristo, dá-nos a firmeza necessária para abandonar tudo em prol da realização última – a razão de nosso existir.

20º DOMINGO DO TC. / ASSUNÇÃO
DE N. SENHORA

18 de agosto

A Mãe gloriosa e a grandeza dos humildes

I. Introdução geral

Em 1950, o papa Pio XII proclamou o dogma da Assunção de Nossa Senhora ao céu. Um dogma é um marco referencial de nossa fé, por trás do qual ela não pode retroceder e sem o qual ela não é completa. Proclamamos que Maria, no fim de sua vida, foi acolhida por Deus no céu “com corpo e alma”, ou seja, coroada, plena e definitivamente, com a glória que Deus preparou para os seus santos. Assim como ela foi a primeira a servir Cristo na fé, é a primeira a participar na plenitude de sua glória, a “perfeitissimamente redimida”. Maria foi acolhida, completamente, de corpo e alma, no céu, porque ela acolheu o céu nela – inseparavelmente.

A presente festa é uma grande felicitação de Maria por parte dos fiéis, que nela veem, a um só tempo, a glória da Igreja e a prefiguração da própria glorificação. A festa tem uma dimensão de *solidariedade* dos fiéis com aquela que é a primeira a crer em Cristo e por isso, também, é a mãe de todos os fiéis. Daí a facilidade com que se aplica a Maria o texto do Apocalipse, na primeira leitura, originariamente uma descrição do povo de Deus, que deu à luz o Salvador e depois se refugiou no deserto. Na segunda leitura, a assunção de Maria ao céu é considerada como antecipação da ressurreição dos fiéis, que serão ressuscitados em Cristo. Observe-se, portanto, que a glória de Maria não a separa de nós, mas a torna unida a nós mais intimamente.

Merece consideração, sobretudo, o texto do evangelho, o *Magnificat*, que hoje ganha nova atualidade, por traduzir a pedagogia divina: *Deus recorre aos humildes para realizar suas grandes obras*. Esse pensamento pode ser o fio condutor da celebração. Na homilia, convém que se repita e se faça entrar no ouvido e no coração esse pensamento ou uma frase do *Magnificat* que o exprima.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. I leitura (Ap 11,19a; 12,1.3-6a.10ab)

O sinal da Mulher, no Apocalipse, aplica-se em primeiro lugar ao povo de Deus do qual nasce o Messias: à Igreja do Novo Testamento, nascida dos que seguem o Messias. Aparece no céu a Mulher que gera o Messias; as doze estrelas indicam quem ela é: o povo das doze tribos, Israel – não só o Israel antigo, do qual nasce Jesus, mas



também o novo Israel, a Igreja, que, no século I d.C., quando o livro foi escrito, precisava esconder-se da perseguição, até que, no fim glorioso, o Cristo se possa revelar em plenitude. Ao ouvir esse texto, a liturgia pensa em Maria. Maria assunta ao céu sintetiza em si, por assim dizer, todas as qualidades desse povo prenhe de Deus, aguardando a revelação de sua glória.

2. II leitura (1Cor 15,20-27a)

No quadro da glória celestial, a segunda leitura evoca a visão da vitória de Cristo sobre a morte (presente também na liturgia da festa de Cristo Rei no ano A). O sinal da vitória definitiva de Cristo é a ressurreição, seu triunfo sobre a morte. Essa vitória se realizou na sua própria morte e se realizará também na morte dos que o seguem. Maria já está associada a Jesus nessa vitória definitiva; nela, a humanidade redimida reconhece sua meta.

3. Evangelho (Lc 1,39-56)

O evangelho de hoje é o *Magnificat*. O quadro narrativo é significativo: Maria vai ajudar sua parenta Isabel, grávida, no sexto mês. Ao dar as boas-vindas à prima, Isabel interpreta a admiração dos fiéis diante daquilo que Deus operou em Maria. Esta responde, revelando sua percepção do mistério do agir divino: um agir de pura graça, que não se baseia em poder humano; pelo contrário, envergonha esse poder, ao elevar e engrandecer o pequeno e humilhado, porém dedicado ao serviço de sua vontade amorosa. O amor de Deus se realiza por meio não da força, mas da humilde dedicação e doação. E nisso manifesta sua grandeza e glória.

O *Magnificat*, hoje, ganha nova atualidade, por traduzir a pedagogia divina: Deus recorre aos humildes para realizar suas grandes obras. Ele escolhe o lado de quem, aos olhos

do mundo, é insignificante. Podemos ler no *Magnificat* a expressão da consciência de pessoas “humildes” no sentido bíblico: rebaixadas, humilhadas, oprimidas. A “humildade” não é vista como virtude aplaudida, mas como baixo estado social mesmo, como a “humilhação” de Maria, que nem tinha o *status* de casada, e de toda a comunidade de humildes, o “pequeno rebanho” tão característico do Evangelho de Lucas (cf. 12,32, texto peculiar de Lc). Na maravilha acontecida a Maria, a comunidade dos humildes vê claramente que Deus não obra por meio dos poderosos. É a antecipação da realidade escatológica, na qual será grande quem confiou em Deus e se tornou seu servo (sua serva), não quem quis ser grande pelas próprias forças, pisando os outros. Assim, realiza-se tudo o que Deus deixou entrever desde o tempo dos patriarcas (as promessas).

A glorificação de Maria no céu é a realização dessa perspectiva final e definitiva. Em Maria são coroadas a fé e a disponibilidade de quem se torna servo da justiça e da bondade de Deus; impotente aos olhos do mundo, mas grande na obra que Deus realiza. É a Igreja dos pobres de Deus que hoje é coroada.

A celebração litúrgica deverá, portanto, suscitar nos fiéis dois sentimentos dificilmente conjugáveis: o triunfo e a humildade. O único meio para unir esses dois momentos é pôr tudo nas mãos de Deus, ou seja, esvaziar-se de toda glória pessoal, na fé em que Deus já começou a realizar a plenitude das promessas.

Em Maria vislumbramos a combinação ideal da glória e da humildade: ela *deixou Deus ser grande* na sua vida.

III. Pistas para reflexão

A Mãe gloriosa e a grandeza dos pobres: O *Magnificat* de Maria é o resumo da



obra de Deus com ela e em torno dela. Humilde serva – faltava-lhe o *status* de mulher casada –, foi “exaltada” por Deus para ser mãe do Salvador e participar de sua glória, pois o amor verdadeiro une para sempre. Sua grandeza não vem do valor que a sociedade lhe confere, mas da maravilha que Deus nela opera. Aconteceu um *diálogo de amor entre Deus e a moça de Nazaré*: ao convite de Deus responde o “sim” de Maria, e à doação dela na maternidade e no seguimento de Jesus responde o grande “sim” de Deus, com a glorificação de sua serva. Em Maria, Deus tem espaço para operar maravilhas. Em compensação, os que estão cheios de si mesmos não o deixam agir e, por isso, são despedidos de mãos vazias, pelo menos no que diz respeito às coisas de Deus. O filho de Maria coloca na sombra os poderosos deste mundo, pois, enquanto estes oprimem, ele salva de verdade.

Essa maravilha só é possível porque Maria não está cheia de si mesma, como os que confiam no seu dinheiro e *status*, mas “cheia de graça”. Ela é serva, está a serviço – também de sua prima, grávida como ela – e, por isso, sabe colaborar com as maravilhas de Deus. Sabe doar-se, entregar-se àquilo que é maior que sua própria pessoa. *A grandeza do pobre é que ele se dispõe para ser servo de Deus*, superando todas as servidões humanas. Ora, para que seu serviço seja grandeza, o fiel tem de saber decidir a quem serve: a Deus ou aos que se arrogam injustamente o poder sobre seus semelhantes. Consciente de sua opção, quem é pobre segundo o espírito de Deus realizará coisas que os ricos e os poderosos, presos na sua autossuficiência, não realizam: a radical doação aos outros, a simplicidade, a generosidade sem cálculo, a solidariedade, a criação de um homem novo para um mundo novo, um mundo de Deus.

A vida de Maria, a “serva”, assemelha-se à do “servo”, Jesus, “exaltado” por Deus

por causa de sua fidelidade até a morte (cf. Fl 2,6-11). De fato, o amor torna as pessoas semelhantes entre si. Também na glória. Em Maria realiza-se, desde o fim de sua vida na terra, o que Paulo descreve na segunda leitura: a entrada dos que pertencem a Cristo na vida gloriosa concedida pelo Pai, uma vez que o Filho venceu a morte.

Congratulando Maria, congratulamo-nos a nós mesmos, a Igreja. Pois, mãe de Cristo e mãe da fé, Maria é também mãe da Igreja. Na “mulher vestida de sol” (primeira leitura) confundem-se os traços de Maria e os da Igreja. Sua glorificação são as primícias da glória de seus filhos na fé.

No momento histórico em que vivemos, a contemplação da “serva gloriosa” pode trazer uma luz preciosa. Quem seria a “humilde serva” no século XXI, século da publicidade e do sensacionalismo? Sua história é: serviço humilde e glória escondida em Deus. Não se assemelha a isso a Igreja dos pobres? A exaltação de Maria é sinal de esperança para os pobres. Sua história também joga luz sobre o papel da mulher, especialmente da mulher pobre, “duplamente oprimida”. Maria é “a mãe da libertação”.

21º DOMINGO DO TEMPO COMUM

25 de agosto

Vocação universal à salvação

I. Introdução geral

São poucos os que vão ser salvos? Muitos cristãos vivem com essa pergunta angustiante, inculcada às vezes por pregadores insensatos.



Segundo Jesus, no evangelho, a salvação é para todos, vindos de todos os lados, dos quatro ventos, de perto e de longe. Só não é para os que se fecham na sua autossuficiência e nos seus presumidos privilégios. A primeira leitura lembra que Deus não apenas quis salvar o povo de Israel do exílio babilônico, como também o encarregou de abrir o Templo e a aliança a todas as nações. Quando Deus concede um privilégio, como foi a salvação de Israel do cativo babilônico, esse privilégio se torna responsabilidade para com os outros. Deus rejeita a autossuficiência.

Na reflexão/homilia, pode-se aprofundar o tema do chamamento universal combinado com a exigência de resposta generosa. “Deus não fechou o número, a nós cabe nos incluir nele” poderia ser um lema para inculcar no ouvido e no coração do povo celebrante.

II. Comentário Dos Textos Bíblicos

1. I leitura (Is 66,18-21)

O fim da profecia de Isaías evoca a revelação universal da glória de Deus: uma “utopia”. Olhar para o futuro, como faz o profeta pós-exílico de Is 66, não é necessariamente fuga da realidade presente; pode também ser um passo ao encontro da realidade messiânica que vem de Deus. Trata-se do futuro criado por Deus! Ele envia mensageiros a todos os povos, até os mais distantes, os que nunca ouviram falar dele! Então farão subir a Sião esses povos e suas riquezas para santificarem o Senhor no Templo – alguns até como sacerdotes! O profeta vê Israel como o lugar da manifestação dos grandes feitos de Deus. De fato, a própria pessoa de Jesus, o judeu, será desse lugar.

Verdadeiros encontros com Deus na presença do próximo



Imagens meramente ilustrativas.

Encontros que marcam Volumes 1, 2, 3

Canísio Mayer

Um livro que quer realmente marcar encontros para os seus participantes. Para quem gosta de se conhecer mais, viver mais profundamente. Para quem busca um encontro marcante com os outros e com Deus, este livro será um importante instrumental de ajuda.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 3789-4119

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





2. Evangelho (Lc 13,22-30)

O evangelho de hoje deve ser entendido à luz da fé na salvação universal: a todos deve ser apresentado o convite do Reino. Algumas pessoas, preocupadas, perguntam a Jesus se são poucos os “eleitos” que vão participar do reino de Deus. Jesus não responde, mas evoca três imagens.

As duas primeiras imagens que Jesus evoca são “restritivas”: 1) a porta é estreita, mas a vocação, universal; porém é preciso esforçar-se (13,23-24; cf. 16,16); 2) em determinado momento a porta será fechada, e então será tarde para chorar por entrar (13,25-27). À preocupação apocalíptica de saber o número dos eleitos e as chances de entrar, Jesus responde: o número dos eleitos não importa; importa a conversão, esforçar-se para entrar e não ficar graçando, exibindo um ar de interessado, sem nada empreender. Pois vem o momento em que o dono da casa se levanta e fecha a porta; então, não reconhecerá os que estiveram com ele nas praças só “de corpo presente”, sem dar audiência à sua palavra. Ora, a festa em si, ela está aberta a todos os que quiserem esforçar-se. Mas Jesus dirige uma crítica àqueles em cujas praças ele ensinou (13,26): deixaram-no falar, mas não obedeceram a seu apelo de conversão, talvez por estarem seguros de pertencer ao número dos eleitos. Eles são os primeiros que se tornam últimos, enquanto os últimos – os desprezíveis pagãos –, quando se convertem, se tornam os primeiros, para sentar com Abraão, Isaac e Jacó (que provocação para os judeus!) na mesa do banquete escatológico, vindos de todos os cantos do mundo.

Aparece aqui a terceira imagem: o banquete dos povos. Apesar da exclusão dos “primeiros”, que recusaram o convite, Deus realizará o banquete escatológico para todos os povos, incluindo os gentios (os “úl-

timos”) (13,28-30). Portanto, Deus não é mesquinho, não prepara a festa para um número restrito, mas para todos. Espera, porém, o empenho da fé, vivida na caridade, como resposta à palavra da pregação: qualquer um que responder a essa exigência poderá participar. Para compreender melhor essa combinação entre o chamado universal e a exigência de disposição e empenho pessoal, pode-se ver a parábola do banquete universal segundo Mateus, seguida da parábola do traje de festa que se exige para participar (Mt 22,1-14).

Essa mensagem não perdeu sua atualidade. O que Jesus recusa é o calculismo e a falsa segurança a respeito da eleição. Esta não responde a nenhum critério humano. É a graça de Deus que nos chama à sua presença. Diante desse chamado, todos, seja quem for, devem converter-se, pois ninguém é digno da santidade de Deus nem de seu grande amor. Ninguém se pode considerar dispensado de lhe prestar ouvido e de transformar sua vida conforme a exigência de sua palavra. Não existe um número determinado de eleitos (é bom repeti-lo, em vista de certas seitas por aqui). O que existe é um chamado universal e permanente à conversão. E esse chamado vale também para os que já vêm rotulados de bons cristãos. Pois a fé nunca é conquistada para sempre. É como o maná do deserto: se a gente o quer guardar até a manhã seguinte, apodrece (cf. Ex 16,20)! Quem não retoma diariamente o trabalho de responder à Palavra com autêntica conversão gritará em vão: “Senhor, participei de retiros e assisti a pregações, palestras e cursos em teu nome (e também comi e bebi nas tuas festinhas paroquiais)”. E também hoje os últimos poderão ser os primeiros: os que não vão à igreja porque não têm roupa decente, porque devem trabalhar, porque têm filhos demais ou, simplesmente, porque se sentem estranhos entre tanta gente



de bem... Para chamá-los é que Jesus não ficou nos grandes centros, mas entrou nos bairros e vilarejos.

3. II leitura (Hb 12,5-7.11-13)

A segunda leitura apresenta um tema delicado: o sofrimento como pedagogia de Deus. Nossa atual condição humana é precária, “frágil” (Hb 5,15). O Filho de Deus participa dessa fragilidade, para nos ajudar. Ele conheceu tentação, sofrimento e morte: “aprendeu a obediência” (5,8). Do mesmo modo, os fiéis devem passar pela “escola” de Deus: assim chegarão à justiça, à retidão, à salvação. Deus nos educa para a vida (12,9-10).

Esse texto entra em choque com a mentalidade “esclarecida”. O texto diz que Deus “castiga” para nos educar: “Pois o Senhor educa a quem ele ama e castiga todo que acolhe como filho” (Hb 12,6; cf. Pr 3,11-12). Achamos horrível: Deus castiga, faz sofrer? Não. Educa-nos, como um bom pai educa seu filho, corrigindo-o. Essa é a resposta dos antigos para o escândalo do sofrimento, e do nosso povo simples também. Será que eles se enganam? Enquanto os eternos disputadores acusam Deus por permitir o sofrimento, os simples veem no sofrimento uma escola de vida. O importante não é de onde vem o sofrimento, a não ser que seja consequência da maldade. Importante é saber o que fazer com ele! Que o sofrimento existe é inegável. Muitas vezes, é causado pelos homens, mas nem sempre. A quem sofre importa menos explicar as causas do que dar um sentido ao sofrer. O sofrimento pode ter o valor de educação para uma vida que agrade a Deus, já que este, em Cristo, também o encarou. Não é errada tal valorização do sofrimento, já que não se consegue escapar dele, nem mesmo no admirável mundo novo da era tecnológica. Como cristãos, devemos

aprender a viver uma vida nova, diferente da vigente. Isso não é possível sem sofrer. Porém, esse sofrimento não deprime, não torna fatalista, mas faz crescer a força para produzir frutos de paz e justiça: “Levantai, pois, as mãos fatigadas e os joelhos trêmulos; dirigi vossos passos pelo caminho reto!” (Hb 12,12).

(Um texto das cartas mais próximo das outras leituras seria 1Pd 2,9-10: somos chamados das trevas à luz.)

III. Pistas para reflexão

Cristianismo instalado ou aberto? A vocação à salvação é universal, mas nem por isso todos os que a ouvem estão salvos. Existem muitos cristãos acomodados e seguros que fazem formalmente todo o prescrito, porém não assumem com o coração o que Jesus deseja que façam, sobretudo o incansável amor ao próximo. Eles ficarão de fora se não se converterem, enquanto outros, considerados pagãos, vão encontrar lugar no Reino. Os que só servem a Deus com os lábios e não com o coração e de verdade, o Senhor não os conhecerá!

Na América Latina, hoje, os que sempre foram os “donos” da Igreja estão se enterrando no materialismo, e os pobres – marginalizados da vida eclesial ou relegados a uma posição inferior – estão entrando nas comunidades e ocupando o lugar dos antigos donos. Apesar das tentativas de voltar ao “tradicional”, tanto o povo simples como a juventude pós-moderna estão dando outro aspecto a igrejas e capelas. Esvazia-se o comportamento chamado tradicional – porém alheio à verdadeira Tradição –, enquanto se abre espaço para um novo modo de ser cristão, mais jovem e mais simples, mais participativo e menos fechado, mais fiel, também, à primeira tradição cristã.



Contudo, essa chegada de um novo tipo de cristãos, muitas vezes “vindos de longe”, não significa que o ser cristão esteja ficando mais fácil. Pelo contrário, exige desinstalação. Exige busca permanente do que é realmente ser cristão: não apegar-se a fórmulas farisaicas, mas entregar-se a uma vida de doação e de amor, que sempre nos desinstala.

Então a questão não é se poucos ou muitos vão ser salvos. A questão é se estamos dispostos a entrar pela “porta estreita” da desinstalação e do compromisso com os que sempre foram relegados. A questão é se abrimos amplamente a porta de nosso coração, para que a porta estreita se torne ampla para nós também. Deus não fechou o número. A nós cabe nos incluir nele...

Diretrizes para autores

A Vida Pastoral recebe artigos de mestres e doutores. Os textos devem ser:

- Inéditos e não enviados a outras revistas;
- Em linguagem pastoral, acessível, sem prejuízo da profundidade do texto;
- Com tamanho de 15 a 20 mil caracteres (contando os espaços);
- Subdivididos em subtítulos, para facilitar a leitura.
- Evitar notas de rodapé em grande quantidade e tamanho; as informações julgadas importantes devem ser postas no corpo do texto, fazendo notas explicativas apenas quando isso não for possível;
- Usar o recurso a notas apenas em casos de notas explicativas;
- As referências bibliográficas de citações deverão ser inseridas no corpo do artigo, entre parêntesis, seguindo o padrão: sobrenome, ano da publicação, número da página;
- A bibliografia deverá estar disposta no final do artigo. As obras, em ordem alfabética, devem obedecer à seguinte sequência: autor (sobrenome em caixa alta, seguido pelo nome). *Título em itálico*. Edição. Cidade: Editora, data da publicação. Para outros itens não exemplificados aqui, seguir as normas da ABNT, citação dos elementos essenciais (NBR 6023, facilmente localizável na internet);
- Evitar lista bibliográfica muito extensa, incluindo apenas o fundamental;
- Enviar os arquivos em documento do Word, simples, sem formatação, fonte *Times New Roman*, espaçamento de 1,5, tamanho 12;
- Citações maiores que três linhas devem ser destacadas do corpo do texto, com recuo maior e tamanho das letras 11, sem necessidade de aspas ou itálico;
- Inserir no início, em itálico, pequeno resumo de 3 a 4 linhas;
- Incluir no final do artigo pequeno texto de 3 linhas com informações biográficas do autor e *e-mail* para contato;
- Traduzir todas as citações em língua estrangeira;
- Enviar anexo ao *e-mail* do editor (vidapastoral@paulus.com.br).

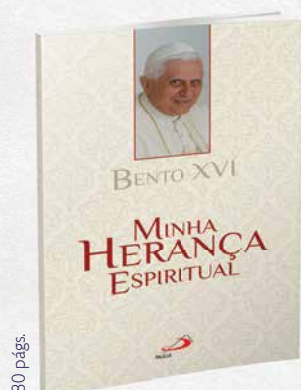


FORÇA DA **PALAVRA** ESTÁ CHEGANDO

...

Aguarde!

O futuro da igreja está em suas mãos!

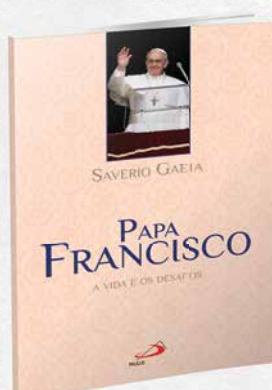


80 págs.

Minha herança espiritual

Bento XVI

O livro resume o legado de Papa Bento XVI. Durante oito anos de pontificado, há sem dúvida o premente convite para buscar a Deus e a ser testemunhas autênticas da fé. Estes são os ensinamentos de um Papa extraordinário, que permanecerá para sempre em nossos corações.



Papa Francisco

A vida e os desafios

Saverio Gaeta

O livro conta sobre as origens do Papa Francisco, sua história, seus pensamentos, e também apresenta um resumo dos principais desafios que o pontífice terá de enfrentar, dos escândalos à reforma da Cúria, do diálogo inter-religioso à nova evangelização.



296 págs.

A Igreja tem salvação?

Hans Küng

Hans Küng faz uma análise contundente dessa secular instituição e, para isso, analisa o passado, o presente e o futuro da Igreja ao abordar assuntos que estão intimamente relacionados com ela, como o Concílio Vaticano II, a Reforma Protestante, e demais temas.



256 págs.

Cisma silencioso

Piero Cappelli

Neste livro, Piero Cappelli analisa as contradições e os conflitos, muitas vezes duros e profundos, há tempos atuantes dentro da Igreja católica, entre a hierarquia, com o mundo clerical que a sustém, e o variegado "povo católico" — fiéis, sacerdotes e religiosos, por meio de uma análise sobre fundamentos teológicos, bíblicos e comunicacionais.

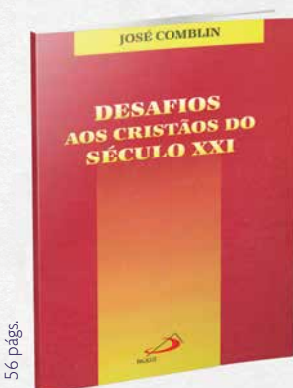


416 págs.

O povo de Deus

José Comblin

Havia muito espanto pelas mudanças na Igreja, e temiam que o conceito de povo de Deus fosse usado para pedir reformas. Aceitavam-se ideias, com a condição que não se tirassem delas consequências práticas, ou então, esperavam resultados imediatos permitindo um novo triunfalismo e, quando viram que os triunfos não chegavam, recuaram.



56 págs.

Desafio aos cristãos do século XXI

José Comblin

O autor retrata como a Igreja está se distanciando cada vez mais dos pobres e excluídos, mesmo com seu discurso recorrente e favorável a respeito deles. Há muito que se fazer ao longo de todo o século XXI e mudanças são necessárias, porém serão lentas e em longo prazo.

PAULUS: 29 livrarias distribuídas por todo o Brasil.

VENDAS: Tel.: (11) 3789-4000 — 0800-164011 — vendas@paulus.com.br

SAC: Tel.: (11) 3789-4119 — sac@paulus.com.br

Visite nossa loja virtual

paulus.com.br



PAULUS